

DEMOLIDOR: O HERÓI TRÁGICO NO CONTEXTO DO CAPITALISMO TARDIO, NA OBRA DE FRANK MILLER

Nataniel dos Santos Gomes (UEMS/NuPeQ/ASPAS/ABRAFIL)

nataniel@uems.br

Daniel Abrão (UEMS/NuPeQ)

danielabrao@uems.br

Maria Teresa Martins Rezende (UEMS)

mariterezende@hotmail.com

RESUMO:

Este artigo analisa a construção trágica da personagem Matt Murdock, o Daredevil (Demolidor, no Brasil), nas narrativas desenvolvidas por Frank Miller, à luz dos princípios da tragédia clássica sistematizados por Aristóteles em *Poética*, como também das análises materialistas da tragédia contemporânea. Parte-se da hipótese de que Miller atualiza, no contexto urbano contemporâneo, a lógica do herói trágico por meio das categorias aristotélicas de *hamartía*, *hýbris*, *peripéteia* e *anagnórisis*. A trajetória de Murdock revela uma falha constitutiva ligada à sua ética absoluta de justiça, marcada pela culpa, pelo sacrifício e pela violência redentora. Essa disposição conduz a uma dinâmica de excesso (*hýbris*) que precipita a inversão de sua fortuna (*peripéteia*), expressa na ruína de sua vida civil, afetiva e social. O processo se completa com o reconhecimento doloroso de sua própria condição (*anagnórisis*), no qual o herói compreende que sua identidade está vinculada ao sofrimento e à repetição da queda. A análise demonstra que as narrativas de Miller reelaboram a estrutura trágica clássica, substituindo o destino divino por forças sociais, psicológicas e ideológicas da modernidade tardia. O estudo dialoga ainda com reflexões sobre o trágico em autores como Terry Eagleton, Paul Ricoeur, Jean-Pierre Vernant, Pierre Vidal-Naquet, Bernard Williams, Raymond Williams e Fredric Jameson, evidenciando a permanência e a adaptabilidade da forma trágica na cultura contemporânea, especialmente nos quadrinhos.

Palavras-chave: tragédia; quadrinhos; Demolidor; Frank Miller; teoria do trágico.

INTRODUÇÃO

Este artigo analisa a construção trágica da personagem Matt Murdock na obra de Frank Miller, especialmente nos arcos narrativos que tematizam sua queda moral, psicológica e social, à luz dos princípios fundamentais da tragédia clássica grega, conforme sistematizados por Aristóteles na *Poética*. Parte-se da hipótese de que a narrativa de Miller atualiza, em chave moderna e urbana, a lógica do herói trágico, estruturando-se a partir de conceitos como *hamartía*, *hýbris*, *peripéteia* e *anagnórisis*.

Segundo Lira:

O trágico, sendo uma categoria estética e um princípio filosófico, pode ser estudado e analisado a partir das diferentes expressões literárias e artísticas, como o romance, as artes plásticas, a música, a comédia, a tragédia etc. Destarte, o fenômeno trágico não está circunscrito apenas à tragédia. Ademais, esse conceito compreende vários outros conceitos, como a culpa trágica, a situação trágica, o conflito trágico e o sujeito trágico. O que não se pode negar é que a tragédia grega se torna o ponto referencial de onde se deve partir e aonde se deve retornar para tratar da concepção do trágico ou especificamente da culpa trágica (Lira, 2020, p.73)

Assim, como conceito filosófico, o trágico pode ser estudado à luz das mais diferentes produções artísticas e humanas. A trajetória de Murdock é marcada por uma falha constitutiva (*hamartía*) que não se reduz a um erro pontual, mas se inscreve em sua própria identidade: a recusa em abdicar de uma ética absoluta e autodestrutiva, fundada na culpa, no sacrifício e na violência redentora. Essa falha se articula à *hýbris*, entendida não como arrogância explícita, mas como a obstinação em ultrapassar limites humanos — físicos, morais e emocionais — em nome de uma ideia rígida de justiça. Tal excesso conduz à *peripéteia*, visível na inversão radical da fortuna do herói, quando sua vida civil, sua reputação e suas relações afetivas são sistematicamente destruídas, culminando em sua marginalização social e simbólica.

O processo trágico se completa com a *anagnórisis*, não como redenção plena, mas como reconhecimento doloroso da própria condição:

Murdock compreende que sua identidade está indissociavelmente ligada ao sofrimento e à repetição da queda. Assim como os heróis da tragédia grega, ele não escapa ao destino; apenas passa a compreendê-lo. A análise demonstra que Frank Miller reinscreve, no contexto da modernidade tardia, a estrutura trágica clássica, substituindo o destino imposto pelos deuses por forças sociais, psicológicas e ideológicas, sem, contudo, romper com a lógica do trágico enquanto experiência de limite.

A reflexão de Luís Fernando Prado Telles sobre a distinção entre o herói épico e o herói trágico permite iluminar de maneira produtiva certas figuras da cultura contemporânea, como o personagem Demolidor. Enquanto o herói épico, como Ulisses, age com segurança ética e não problematiza suas ações dentro da lógica de seu tempo, o herói trágico é marcado pela cisão, pela dúvida e pela constante interrogação diante de um mundo que não oferece respostas. É justamente essa condição que define Matt Murdock: sua atuação como vigilante não se sustenta em uma certeza plena de justiça, mas em um conflito permanente entre fé, moralidade e violência.

Diferentemente do modelo épico, o Demolidor encarna o sujeito moderno que se vê compelido a agir mesmo sem garantias éticas estáveis, enfrentando dilemas que nunca se resolvem completamente. Assim, sua trajetória evidencia a permanência e atualização do trágico na contemporaneidade, na medida em que o herói não apenas enfrenta obstáculos externos, mas é, sobretudo, é atravessado por uma crise interna que questiona o sentido de suas próprias ações. Assim nos diz Telles, com relação à diferença entre o herói contemporâneo e o herói trágico:

O gênero épico é aquele que se forja no herói que oferece respostas prontas para o mundo que continua e incessantemente lhe coloca perguntas; o gênero trágico, ao contrário, é aquele que se constrói no herói que coloca perguntas para o mundo que não lhe traz respostas. Ulisses não incorpora em seu drama pessoal o fato de ter realizado atos de pirataria; ao contrário, isso não o desestabiliza, porque sabe que está agindo de acordo com uma lógica ética que guarda coerência com seu tempo histórico, não se comporta como um homem cindido, que se questiona em relação aos atos que pratica, não se configura,

pois, como um ser problemático, que vê carência de sentido nos atos que pratica ou nos acontecimentos e infortúnios que o acometem. Muito pelo contrário, os obstáculos se colocam para tornar ainda mais heroico e grandiloquente o seu desígnio (Telles, 2024, p. 45)

A obra de Miller, neste sentido, estabelece um diálogo profundo com a tradição trágica, confirmando a permanência e a adaptabilidade desse modelo narrativo na cultura contemporânea, especialmente nos quadrinhos, que se afirmam como espaço privilegiado de reelaboração de formas clássicas, já que é um ambiente que comporta, de forma privilegiada, narrativas épicas, míticas, ficcionais, fantásticas e maravilhosas, seguindo uma tradição de emulação de gêneros literários consolidados e modificados segundo a lógica de cada presente temporal.

1. A QUEDA DE MATT MURDOCK E A PERMANÊNCIA DO TRÁGICO

A narrativa construída por Frank Miller em torno de Matt Murdock reinscreve, no contexto da cultura contemporânea, uma lógica trágica que remonta à formulação clássica aristotélica. Conforme Aristóteles, a tragédia representa a passagem do herói da prosperidade ao infortúnio “não por maldade ou perversidade, mas por algum erro” (*hamartia*) (ARISTÓTELES, 2015, p. 52). Tal princípio estrutura a trajetória de Murdock, cuja queda não decorre de uma falha moral vulgar, mas de uma rigidez ética que se converte em compulsão autodestrutiva.

O personagem não erra por ignorância absoluta, mas por fidelidade excessiva a um ideal de justiça que ignora os limites do corpo, da lei e da vida afetiva.

Essa falha constitutiva articula-se à *hybris*, conceito central da tragédia grega. Jean-Pierre Vernant observa que o herói trágico se define pela experiência do excesso, na qual “o homem se perde ao querer ultrapassar a medida que lhe cabe” (VERNANT, 2002, p. 71). No universo de Miller, essa desmedida assume uma forma moderna: não mais a afronta direta aos deuses, mas a insistência em agir como se fosse possível sustentar, sozinho, o peso da ordem moral política e social. Matt Murdock ultrapassa reiteradamente seus limites físicos e psicológicos, convencido de que abdicar da luta equivaleria a uma traição de si mesmo, o que confirma a leitura de Vernant segundo a qual o trágico emerge do choque entre a vontade individual e forças que a excedem,

como nos dizem VERNANT; VIDAL-NAQUET, 1999. No tocante à obra de Miller, vale notar que o Demolidor não só afronta a si mesmo, mas também seu dilema passa pelas regras morais, ética e política da sociedade em que vive, imiscuído nos valores políticos que a organizam. Portanto, há um dilema que passa pelos dados existencial, religioso e também políticos. Sobre este vínculo do Estado e suas regras políticas com a tragédia, Jean-Pierre Vernant e Pierre Vidal Naquet (1999, p. 10) assim dizem:

A tragédia não é apenas uma forma de arte, é uma instituição social que, pela fundação dos concursos trágicos, a cidade coloca ao lado de seus órgãos políticos e judiciários. Instaurado sob a autoridade do arconte epônimo, no mesmo espaço urbano e segundo as mesmas normas institucionais que regem as assembléias ou tribunais populares, um espetáculo aberto a todos os cidadãos, dirigido, desempenhado, julgado por representantes qualificados das diversas tribos, a cidade se faz teatro, ela se toma, de certo modo, como objeto de representação e se desempenha a si própria diante do público

Bernard Williams contribui para essa análise ao redefinir a *hybris* como uma forma de excelência moral levada ao extremo. Segundo o autor, o herói trágico é aquele que se mantém fiel a si mesmo quando essa fidelidade “implica a destruição de tudo o que lhe é caro” (WILLIAMS, 2002, p. 44). O sofrimento de Murdock, nesse sentido, não é acidental, mas estrutural: ele decorre do fato de que o personagem não pode agir de outro modo sem deixar de ser quem é, aproximando-se da figura trágica clássica, cuja grandeza é inseparável da ruína. Em “A tragédia grega: um estudo teórico” (2005) de Adilson dos Santos, há a seguinte afirmação: “O trágico revela-se, pois, pela inexorabilidade do destino. É através do encadeamento de fatos fatídicos que o herói, um ser sem escolha, dá-se conta de sua impotência e vulnerabilidade.”, o que nos leva a crer que a dinâmica trágica se intensifica por meio da *peripeteia*, definida por Aristóteles como “a mudança dos acontecimentos para o seu contrário” (ARISTÓTELES, 2015, p. 61).

Nos arcos narrativos de Frank Miller, essa inversão se manifesta na destruição progressiva da vida civil de Murdock: a revelação de sua identidade, a perda de sua carreira como advogado, o colapso de suas relações afetivas e sua redução à condição de marginal. Trata-se de uma reversão contínua e

sistemática, que expõe a fragilidade das estruturas sociais e subjetivas que sustentavam o herói.

A *anagnórisis*, por sua vez, não conduz à redenção plena, mas a um reconhecimento doloroso da própria condição trágica. Aristóteles define o reconhecimento como “a passagem da ignorância ao conhecimento” (ARISTÓTELES, 2015, p. 63). Contudo, como observa Paul Ricoeur, o trágico moderno se caracteriza pelo fato de que esse reconhecimento “não dissolve o conflito, mas o torna inteligível” (RICOEUR, 2010, p. 219). Em *Tempo e narrativa*, o autor afirma que a narrativa trágica moderna substitui a reconciliação pela lucidez, o que permite compreender a trajetória de Murdock como aceitação da repetição da queda, e não como superação definitiva do erro.

Raymond Williams reforça essa leitura ao afirmar que “a tragédia não pertence a uma forma histórica encerrada, mas a uma experiência humana persistente” (WILLIAMS, 2002, p. 15). Para o autor, o trágico moderno emerge justamente nos contextos em que não há transcendência nem intervenção divina, mas apenas estruturas sociais e conflitos internos. A obra de Frank Miller confirma essa tese ao situar o trágico no espaço urbano e no indivíduo comum, demonstrando que os quadrinhos podem operar como forma legítima de reelaboração de modelos trágicos clássicos.

Já Terry Eagleton observa que o trágico contemporâneo se caracteriza pela interiorização da culpa e pela ausência de uma catarse redentora. Segundo o autor, “o sofrimento trágico moderno raramente conduz à purificação; ele tende à repetição” (EAGLETON, 2013, p. 89). A queda de Matt Murdock, marcada pela insistência no sacrifício e pela impossibilidade de superação definitiva, exemplifica essa mutação histórica da tragédia. O herói não vence o destino, mas o compreende, reafirmando a permanência do trágico na cultura contemporânea.

2. O TRÁGICO CONTEMPORÂNEO

A concepção materialista do trágico desloca o foco da fatalidade metafísica ou da intervenção divina para as contradições históricas e materiais que estruturam a vida social. Diferentemente da tragédia clássica, na qual o destino se apresenta como força transcendente, o trágico moderno, emerge das relações de produção, da alienação e dos conflitos entre indivíduo e totalidade social. Nesse sentido, o sofrimento trágico deixa de ser expressão de uma ordem cósmica para tornar-se efeito de estruturas históricas concretas.

Em Marx, embora não haja uma teoria sistemática da tragédia, encontra-

se a base para uma compreensão materialista do trágico. Nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, o autor afirma que a alienação ocorre quando o sujeito não se reconhece no produto de sua própria atividade, passando a viver sob forças que ele mesmo produziu, mas que se tornam estranhas e hostis. Esse processo pode ser compreendido como um núcleo trágico da modernidade: o homem é dominado por estruturas sociais que são resultado de sua própria práxis histórica (MARX, 2010). Georg Lukács, seguindo a senda materialista, desenvolve essa ideia ao analisar a transformação das formas literárias na modernidade. Para o autor, o herói trágico moderno já não enfrenta deuses ou leis eternas, mas uma realidade social fragmentada, na qual a totalidade se tornou opaca.

Em *A teoria do romance*, Lukács observa que o conflito trágico surge quando o indivíduo busca sentido em um mundo no qual as estruturas sociais impedem a realização plena da subjetividade. O trágico, assim, não reside no erro individual isolado, mas na contradição entre a aspiração ética do sujeito e as condições históricas que inviabilizam sua concretização (LUKÁCS, 2000). Raymond Williams, retomando a tradição marxista, argumenta que o trágico não deve ser entendido como uma forma estética encerrada no passado, mas como uma experiência social recorrente. Em *Tragédia moderna*, Williams afirma que a tragédia contemporânea se manifesta nos conflitos vividos por sujeitos comuns, submetidos a sistemas econômicos e políticos que limitam radicalmente suas possibilidades de ação. Para o autor, o trágico moderno é inseparável da experiência da exploração, da desigualdade e da perda de sentido coletivo, sendo, portanto, uma categoria histórica e social antes de ser meramente formal (WILLIAMS, 2002). Além de comum, este indivíduo trágico contemporâneo também é o indivíduo do tempo liberal que está isolado, ou seja, sem o suporte psicológico e material da vida coletiva. Assim, nos diz Willians:

No centro da tragédia liberal há uma situação isolada: um homem no ponto culminante de seus poderes e no limite de suas forças, a um só tempo aspirando e sendo derrotado, liberando energias e sendo por elas mesmas destruído. A estrutura é liberal na ênfase sobre a individualidade que se excede, e trágica no reconhecimento final da derrota ou dos limites que se impõem à vitória. (WILLIAMS, 2002, p. 119)

Assim, para Willians, o destino inexorável do herói trágico moderno não se ancora mais na ideia de uma justiça transcendente ou universal, mas nas

determinações concretas de uma estrutura social historicamente constituída, dominante e implacável. Como observa Raymond Williams:

Não é a justiça eterna, no sentido hegeliano, que é afirmada na questão trágica, mas antes o movimento geral da história, numa espécie de transformações decisivas da sociedade” (WILLIAMS, 2002, p. 57).

Nesse sentido, como afirma Elen de Medeiros (2019), a tragédia moderna encontra-se profundamente vinculada ao movimento histórico-social e ao choque entre valores que se configuram em contextos específicos. O trágico emerge precisamente quando esses valores entram em conflito e nenhuma das partes cede, revelando tensões estruturais irresolvíveis. Em tal configuração, o poder do sistema — sustentado por forças sociais amplas e institucionalizadas — se impõe de maneira desproporcional ao indivíduo; assim, ao recusar-se a se submeter a essa lógica, o herói moderno não apenas enfrenta o sistema, mas se vê inevitavelmente conduzido a um desfecho trágico.

Terry Eagleton, na mesma direção apontada por Marx, aprofunda essa leitura ao destacar que o trágico contemporâneo se caracteriza pela ausência de transcendência e pela internalização da culpa, característica que se aprofunda no isolamento. Em uma sociedade capitalista avançada, o sofrimento deixa de ser interpretado como efeito de forças externas visíveis e passa a ser vivido como fracasso individual. Em *Doce violência*, Eagleton sustenta que o trágico moderno emerge quando sujeitos são responsabilizados por contradições que, na verdade, são estruturais. O herói trágico contemporâneo é, assim, aquele que sofre por não conseguir reconciliar suas exigências éticas com um mundo social que torna essa reconciliação impossível (EAGLETON, 2013).

3. FREDRIC JAMESON E O TRÁGICO NO CAPITALISMO TARDIO

A contribuição de Fredric Jameson para a compreensão do trágico contemporâneo insere-se no interior de sua crítica ao capitalismo tardio e à lógica cultural do pós-modernismo. Para Jameson, a experiência histórica moderna é marcada por uma crescente dificuldade de representar a totalidade social, fenômeno que ele descreve como “apagamento da historicidade”. Essa condição tem implicações diretas para a forma trágica, uma vez que o trágico clássico pressupunha a possibilidade de reconhecer, ainda que de modo doloroso, as forças que governavam o destino humano.

Embora Fredric Jameson não tenha se dedicado diretamente à formulação de uma teoria do trágico enquanto gênero ou categoria estética autônoma, sua reflexão sobre a cultura no capitalismo tardio oferece instrumentos decisivos para a sua problematização. A partir de obras como *O Inconsciente Político* e *Pós-modernismo: a lógica do capitalismo tardio*, é possível inferir que os impasses característicos do trágico não desaparecem, mas se reconfiguram no interior das estruturas históricas contemporâneas.

Nesse sentido, partimos da leitura de Jameson para sustentar que o trágico, no capitalismo tardio, *desloca-se do plano da ação individual heroica para o das determinações sistêmicas*, nas quais as contradições sociais se apresentam como limites objetivos à ação humana. Assim, mais do que tematizado explicitamente, o trágico emerge como efeito das próprias categorias jamesonianas — como totalidade, mediação e contradição — revelando-se nos bloqueios históricos e na dificuldade de resolução dos conflitos em uma realidade marcada pela complexidade e pela opacidade do sistema. Dessa forma, ao reinterpretarmos Jameson, propomos compreender o trágico contemporâneo não como desaparecimento, mas como uma forma difusa e estrutural de impasse, inscrita nas dinâmicas do capitalismo tardio.

Lendo Jameson, portanto, podemos inserir o trágico no contexto do capitalismo tardio, no qual a historicidade se encontra obscurecida. Para o autor, a cultura contemporânea tende a apagar a percepção das totalidades sociais, produzindo narrativas fragmentadas e sujeitos desorientados. O trágico, nesse cenário, manifesta-se como sensação de impotência diante de sistemas abstratos — mercado, burocracia, instituições — que não podem ser enfrentados diretamente.

Trata-se de um trágico sem catarse, marcado pela repetição e pela impossibilidade de resolução (JAMESON, 1997). A compreensão do trágico, em chave histórico-dialética, pode ser articulada a partir da ideia de que ele emerge de *conflitos insolúveis entre valores históricos reais*, tal como formulado por Georg Wilhelm Friedrich Hegel, nos quais não há uma oposição simples entre certo e errado, mas um choque entre princípios igualmente legítimos.

Esses conflitos, longe de serem meramente individuais, são atravessados por *limites estruturais impostos pela organização social*, especialmente no contexto do capitalismo, que condiciona as possibilidades de ação dos sujeitos e circunscreve suas escolhas. Nesse cenário, o trágico depende ainda de uma *percepção de totalidade social*, isto é, da capacidade de reconhecer essas contradições como expressão de uma ordem mais ampla e inteligível. Contudo, na contemporaneidade, essa totalidade encontra-se fragmentada, dificultando a apreensão dos conflitos em sua dimensão

estrutural e, conseqüentemente, enfraquecendo a própria possibilidade de uma experiência trágica plena. Sob essa perspectiva, o trágico contemporâneo não se define pela queda de grandes heróis, mas pela experiência cotidiana do limite histórico. A tragédia deixa de ser exceção e torna-se estrutura, inscrevendo-se na vida de sujeitos comuns, como o herói urbano das narrativas gráficas contemporâneas. Assim, a leitura marxista do trágico permite compreender como obras modernas e contemporâneas reelaboram a lógica trágica clássica, deslocando o eixo do destino para as contradições sociais, sem eliminar a dimensão ética e existencial do sofrimento.

Em *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*, Jameson argumenta que o sujeito contemporâneo vive imerso em sistemas econômicos e simbólicos de tal complexidade que se tornam praticamente irrepresentáveis. O mercado global, as corporações transnacionais e as estruturas financeiras abstratas substituem as figuras personificáveis do poder que caracterizavam épocas anteriores. Nesse contexto, o conflito trágico não desaparece, mas perde seu antagonista visível. O herói já não enfrenta um inimigo identificável, mas uma rede impessoal de forças sistêmicas que escapam à experiência direta. No horizonte do capitalismo tardio, o trágico, assim, não desaparece, mas é profundamente reconfigurado pelas transformações da experiência histórica e cultural. Em *Pós-modernismo: a lógica do capitalismo tardio*, o autor observa que “uma das características mais marcantes do pós-modernismo é o enfraquecimento da historicidade” (JAMESON, 1991, p. 6), o que compromete diretamente a possibilidade de representação de conflitos trágicos em sua forma clássica, fundada na apreensão de uma totalidade social inteligível.

Nesse contexto, a subjetividade também se altera, pois, como afirma, há um “esmaecimento do afeto” (JAMESON, 1991, p. 10), que esvazia a intensidade dramática necessária à constituição do herói trágico. Além disso, a própria capacidade de situar-se historicamente se torna problemática, já que “a incapacidade de mapear cognitivamente o mundo” (JAMESON, 1991, p. 51) impede que os sujeitos compreendam as forças que determinam seus destinos. Assim, o trágico desloca-se do plano individual para o estrutural: não se trata mais da queda de um herói diante de forças reconhecíveis, mas da experiência difusa de impasse diante de um sistema global opaco e incontrolável. Dessa forma, a tragédia no capitalismo tardio manifesta-se como uma tensão sem catarse, em que os conflitos persistem, mas sua representação plena é bloqueada pelas próprias condições culturais do pós-modernismo.

Essa transformação afeta profundamente a possibilidade da *peripéteia* e da *anagnórisis*. Se, na tragédia clássica, a reversão da fortuna

e o reconhecimento implicavam a revelação de uma verdade estrutural — frequentemente ligada ao destino ou à ordem divina —, no capitalismo tardio tais momentos se tornam fragmentários e inconclusos. Para Jameson, o reconhecimento trágico contemporâneo é frequentemente bloqueado ou incompleto, pois o sujeito não consegue apreender a totalidade das determinações que produzem seu sofrimento. O resultado é um trágico sem catarse, no qual a queda não conduz à inteligibilidade plena da experiência histórica.

Jameson relaciona essa condição àquilo que denomina “reificação ampliada”, processo pelo qual não apenas os objetos, mas também as relações sociais e as formas de consciência assumem caráter fetichizado. O sofrimento trágico, nesse cenário, tende a ser vivenciado como experiência privada ou psicológica, mesmo quando suas causas são estruturalmente sociais. Assim, o trágico contemporâneo se manifesta menos como conflito ético público e mais como sensação difusa de impotência, ansiedade e repetição, marcas centrais da subjetividade no capitalismo tardio.

Outro conceito fundamental para a leitura jamesoniana é o de “mapeamento cognitivo”. Para Jameson, a tarefa crítica da arte contemporânea consiste em fornecer formas simbólicas que permitam ao sujeito situar-se dentro da totalidade social. O trágico, nesse sentido, emerge quando tal mapeamento falha ou se revela insuficiente. A narrativa trágica moderna não oferece uma visão clara da totalidade, mas expõe justamente a impossibilidade de representá-la plenamente. O herói trágico contemporâneo é aquele que sofre por não conseguir localizar-se em um sistema que o excede em todas as direções.

Essa concepção permite compreender o trágico não como resíduo de uma forma clássica ultrapassada, mas como efeito direto das condições históricas do capitalismo avançado. A partir de Jameson, podemos inferir que o trágico contemporâneo não se organiza mais em torno da grande queda individual, mas da repetição estrutural do fracasso. Não há redenção nem aprendizado final; há apenas a persistência do conflito em um horizonte fechado, no qual as alternativas históricas parecem bloqueadas.

Ao situar o trágico nesse registro histórico e materialista, a obra de Jameson oferece uma chave decisiva para a análise de narrativas contemporâneas que retomam estruturas trágicas sem recorrer à transcendência. O sofrimento do herói não decorre de um erro isolado, mas da inserção em um sistema que transforma toda ação ética em gesto ambíguo ou ineficaz. O trágico, assim, torna-se uma forma de experiência histórica, marcada pela consciência — ainda que parcial — de que “algo está errado” no próprio modo

de organização social.

Dessa maneira, a perspectiva jamesoniana permite pensar o trágico contemporâneo como uma estética da impossibilidade: impossibilidade de totalização, de reconhecimento pleno e de resolução. A tragédia não desaparece, mas se reconfigura como narrativa da estagnação histórica e da repetição do sofrimento, oferecendo um quadro teórico particularmente fecundo para a análise de formas culturais modernas e populares, como os quadrinhos, que dramatizam os impasses éticos e sociais do capitalismo tardio.

4. MATT MURDOCK COMO FIGURA TRÁGICA NO CAPITALISMO TARDIO

A trajetória de Matt Murdock nos arcos escritos por Frank Miller pode ser compreendida, à luz da teoria de Fredric Jameson, como uma dramatização exemplar do trágico no capitalismo tardio. Para Jameson, a experiência cultural contemporânea é marcada por um enfraquecimento da consciência histórica, processo que ele define como “apagamento da historicidade”, isto é, a dificuldade de situar a experiência individual dentro de uma totalidade social inteligível. Segundo o autor, “parecemos cada vez mais incapazes de construir representações de nossa própria experiência histórica” (JAMESON, 1997, p. 52).

Nos arcos centrais de Miller, especialmente *Born Again*, a queda de Murdock não é causada por um antagonista isolado, mas por um conjunto de forças sistêmicas — o crime organizado, o sistema jurídico, a mídia e as engrenagens econômicas da cidade. Essa dispersão do conflito corresponde ao diagnóstico jamesoniano de que, no capitalismo tardio, o poder se torna abstrato e impessoal, operando como uma rede difícil de ser personificada. Como afirma Jameson, trata-se de um sistema no qual “as estruturas de dominação tornaram-se tão complexas que escapam à experiência cotidiana imediata” (JAMESON, 1997, p. 38). A *peripéteia* trágica de Matt Murdock assume, assim, uma forma moderna e fragmentada. Em vez de uma reversão súbita da fortuna, observa-se uma sequência de perdas que corroem progressivamente sua identidade social. Tal dinâmica se aproxima do que Jameson descreve como narrativa sem fechamento, típica da cultura do capitalismo tardio, na qual “o tempo já não se organiza como progresso ou culminação, mas como repetição e intensificação” (JAMESON, 1997, p. 71). A queda de Murdock não conduz à resolução, mas à persistência do sofrimento.

No que diz respeito à *anagnórisis*, a leitura jamesoniana revela um reconhecimento parcial e bloqueado. Matt Murdock reconhece sua derrota,

mas não consegue apreender plenamente as determinações históricas e estruturais que produzem sua queda. Seu sofrimento tende a ser internalizado como culpa pessoal, o que Jameson identifica como efeito da reificação da consciência. Para o autor, “a reificação não afeta apenas os objetos, mas também as formas pelas quais os sujeitos percebem a si mesmos e ao mundo social” (JAMESON, 1997, p. 45). O conflito estrutural é, assim, deslocado para o plano psicológico.

Nesse contexto, a insistência ética de Murdock — sua recusa em abandonar a luta mesmo quando ela se mostra ineficaz — pode ser lida como uma forma de *hýbris* moderna. Não se trata de desafiar os deuses, mas de insistir na possibilidade de uma ação moral absoluta em um mundo que bloqueia sistematicamente essa possibilidade. Tal situação corresponde ao trágico descrito por Jameson, no qual o sujeito permanece preso a exigências éticas elevadas em um sistema que torna sua realização estruturalmente inviável. A própria representação da cidade de Nova York nos quadrinhos de Miller pode ser compreendida à luz do conceito jamesoniano de “mapeamento cognitivo”. Para Jameson, a função crítica da arte contemporânea seria oferecer instrumentos simbólicos que permitam ao sujeito “localizar-se em um sistema social global que, de outro modo, permanece irrepresentável” (JAMESON, 1997, p. 92). Em *Daredevil*, contudo, esse mapeamento falha: a cidade surge como espaço fragmentado, violento e labiríntico, no qual o herói se desloca sem jamais alcançar uma visão totalizante da ordem social que o oprime.

Dessa forma, Matt Murdock configura-se como um herói trágico característico do capitalismo tardio. Sua queda não revela uma verdade última sobre o mundo, mas expõe a impossibilidade de alcançá-la. Como sugere Jameson, o trágico contemporâneo se manifesta justamente quando “a percepção da totalidade é bloqueada, mas seus efeitos continuam a ser vividos de forma dolorosa e insistente” (JAMESON, 1997, p. 101). Na obra de Frank Miller, o trágico não reside na morte do herói, mas na necessidade de continuar agindo em um mundo que torna essa ação estruturalmente insuficiente.



Daredevil: Born Again, escrito por Frank Miller e desenhado por David Mazzucchelli, publicado pela Marvel Comics em 1986 dentro da revista *Daredevil* nº 227–233.

A imagem apresenta três momentos da queda de Matt Murdock, o Daredevil, na fase escrita por Frank Miller, e pode ser interpretada de maneira produtiva à luz da teoria do trágico no capitalismo tardio formulada por Fredric Jameson.

Em termos visuais, a composição organiza-se como uma sequência de degradação progressiva. No primeiro quadro, Murdock aparece deitado na cama, isolado e vulnerável, sugerindo um estado de exaustão física e psicológica. No segundo, a cena desloca-se para uma visão vertical do quarto, onde o personagem se encontra encolhido, quase fetal, cercado por sinais de desordem material — roupas espalhadas, objetos fora do lugar, um telefone abandonado. No terceiro, a imagem culmina na queda literal do herói em meio ao lixo urbano, misturado a destroços e restos da cidade. A progressão visual articula-se, assim, como uma *peripétieia fragmentada*, em que a ruína do personagem não ocorre de forma súbita, mas através de uma sucessão de perdas e degradações.

Essa estrutura visual corresponde ao diagnóstico de Jameson sobre a experiência cultural no capitalismo tardio. Para o crítico, o poder nas sociedades contemporâneas torna-se *difuso e impessoal*, operando através de sistemas e estruturas difíceis de identificar diretamente. Na imagem, não há um antagonista visível que provoque a queda de Murdock. O que se vê é a ação indireta de uma totalidade social invisível: a cidade, a pobreza, o colapso das redes de apoio e a violência estrutural do espaço urbano.

O terceiro quadro é particularmente significativo nesse sentido. Ao ser representado literalmente entre os detritos da cidade, Murdock aparece *reificado*, isto é, reduzido à condição de objeto entre objetos. Esse tipo de imagem dialoga diretamente com a análise jamesoniana da reificação no capitalismo tardio, na qual o sujeito perde sua posição central e passa a experimentar a realidade como um conjunto de forças externas e incompreensíveis.

Outro aspecto importante é a forma como a cidade surge na imagem. O espaço urbano não aparece como uma totalidade organizada, mas como um *ambiente fragmentado e caótico*. Essa representação pode ser lida à luz do conceito jamesoniano de *mapeamento cognitivo*. Segundo Jameson, a arte contemporânea frequentemente tenta oferecer formas simbólicas que permitam ao sujeito localizar-se dentro do sistema social global. No caso dessa sequência visual, porém, esse mapeamento falha: a cidade é um labirinto sem centro, um espaço que oprime o personagem sem jamais revelar claramente as estruturas que produzem essa opressão. Assim, o trágico presente na imagem não se manifesta como na tragédia clássica — por meio de um destino divino ou de um erro singular do herói —, mas como *experiência de desorientação estrutural*. Matt Murdock sofre os efeitos de uma totalidade social que permanece invisível e irrepresentável. Sua queda não revela uma verdade final sobre o mundo; ao contrário, expõe a impossibilidade de compreendê-lo plenamente.

Nesse sentido, a imagem exemplifica o tipo de trágico descrito por Jameson: uma situação em que o sujeito continua agindo e sofrendo dentro de um sistema cujas determinações estruturais excedem sua capacidade de compreensão. O herói não enfrenta deuses nem monstros, mas uma ordem social difusa que o reduz progressivamente à condição de fragmento dentro da própria cidade que tenta salvar. Vejamos outra cena:



1 - Tradução nossa: “De repente eles aparecem. Este aqui levou um tiro. Médico! Aqui! Coloquem essas fogueiras para fora. Não queremos que um vazamento de gás piore a situação. Um soldado com uma voz capaz de comandar um deus... e comanda. De repente começa a chover tão forte que chega a doer. Todo mundo que pode fica em silêncio. Exceto Matt. O Rei do Crime mandou você. Diga. Me dê um branco... me dê um branco... Daredevil—. Aquele homem é nosso. Sob autoridade federal. Fique para trás.” Texto original em: Frank Miller; David Mazzucchelli. *Daredevil: Born Again*. New York: Marvel Comics, 1986.

Na página apresentada, do arco *Daredevil: Born Again*, escrita por Frank Miller e desenhada por David Mazzucchelli, constitui um momento crucial na construção do conflito trágico de Matt Murdock / Daredevil. A sequência articula visualmente uma escalada dramática que pode ser interpretada tanto a partir da tradição da tragédia clássica quanto das reflexões sobre o trágico na modernidade propostas por Fredric Jameson.

Nos primeiros quadros, observa-se a figura de Captain America segurando um soldado ferido, imagem que remete a um ideal heroico quase mítico. O próprio texto enfatiza essa dimensão ao afirmar que ele é “um soldado com uma voz que poderia comandar um deus”. A composição sugere uma figura de autoridade moral e simbólica, associada à ordem institucional e ao heroísmo clássico. Em contraste, o quadro seguinte apresenta um personagem encapuzado erguendo um martelo sobre um telhado sob uma tempestade violenta, evocando visualmente a iconografia de Thor. A sequência constrói, portanto, uma atmosfera quase épica, na qual figuras heroicas parecem encarnar forças superiores.

A ruptura ocorre no plano inferior da página, quando Daredevil confronta um soldado que afirma agir em nome de Kingpin. Nesse momento, a narrativa desloca o eixo do conflito do campo épico para o terreno político e institucional. O herói descobre que a violência que enfrenta não é apenas criminal, mas também articulada por estruturas de poder que envolvem autoridades e instituições estatais. O último quadro intensifica essa tensão com a entrada de Nuke, um agente militarizado que declara agir sob “autoridade federal”.

À luz da teoria de Jameson, essa cena ilustra a transformação do conflito trágico no contexto do capitalismo tardio. Diferentemente da tragédia clássica, em que o herói enfrenta forças claramente identificáveis — deuses, reis ou destinos —, aqui o antagonismo surge como uma rede difusa de poderes institucionais. O inimigo não é apenas um indivíduo, mas uma estrutura complexa que envolve o crime organizado, o aparato militar e a autoridade estatal. O surgimento de Nuke, figura híbrida entre soldado e arma, simboliza justamente essa impessoalidade do poder contemporâneo.

Visualmente, a página reforça esse diagnóstico por meio do contraste entre os elementos naturais e os tecnológicos. A chuva torrencial, os relâmpagos e as chamas criam uma atmosfera de catástrofe quase apocalíptica, enquanto a armadura e o corpo mecanizado de Nuke remetem à militarização e à

racionalidade instrumental do poder moderno. Daredevil aparece entre esses dois polos, como um herói solitário que tenta afirmar uma ética individual diante de forças que excedem sua capacidade de controle. Nesse sentido, a sequência expressa uma forma de trágico tipicamente moderno. O drama de Matt Murdock não decorre apenas de uma falha individual, mas da colisão entre sua ética absoluta de justiça e um sistema social que opera por meio de poderes fragmentados e impessoais. Tal configuração corresponde ao diagnóstico de Jameson segundo o qual o sujeito contemporâneo enfrenta estruturas históricas cuja totalidade permanece difícil de apreender. O resultado é uma experiência trágica marcada não pela revelação de uma ordem superior, mas pela percepção dolorosa de que essa ordem permanece parcialmente invisível.

As duas sequências visuais analisadas articulam momentos distintos, porém complementares, da construção trágica de Daredevil no arco *Daredevil: Born Again*. Na primeira imagem, observa-se a degradação progressiva de Matt Murdock, representada por meio da repetição de sua postura corporal em diferentes espaços — o quarto, o quarto miserável e, finalmente, a rua. Essa composição visual sugere uma descida gradual à marginalidade social e psicológica, na qual o herói perde sucessivamente suas referências de identidade e pertencimento. Na segunda figura, contudo, a narrativa desloca o foco do colapso subjetivo para a dimensão estrutural do conflito. O confronto entre Daredevil e o soldado que afirma agir em nome do Kingpin, seguido da aparição de Nuke sob “autoridade federal”, evidencia que a crise do protagonista não se limita a um drama individual, mas se insere em uma rede mais ampla de poderes institucionais e políticos.

Desse modo, as duas sequências formam um arco interpretativo: a primeira dramatiza a ruína do sujeito, enquanto a segunda revela a estrutura sistêmica que sustenta essa ruína. À luz das reflexões de Fredric Jameson, tal articulação evidencia uma forma de trágico característica da modernidade tardia, na qual o herói enfrenta forças históricas difusas e impessoais que excedem sua capacidade de compreensão e controle.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise aqui empreendida procurou demonstrar que a obra de Frank Miller para o *Daredevil* (Demolidor), especialmente nos arcos narrativos que culminam em *Born Again*, não se limita a uma simples história de super-herói, mas constitui uma sofisticada reelaboração da estrutura trágica clássica no contexto do capitalismo tardio. A trajetória de Matt Murdock, examinada à

luz das categorias aristotélicas de *hamartía*, *hýbris*, *peripéteia* e *anagnórisis*, revela-se como uma atualização moderna do herói trágico, na qual o destino divino é substituído por forças sociais, psicológicas e ideológicas igualmente implacáveis.

O percurso de Murdock evidencia uma falha constitutiva — sua *hamartía* — que não se reduz a um erro pontual, mas se inscreve em sua própria identidade: a recusa em abdicar de uma ética absoluta e autodestrutiva, fundada na culpa, no sacrifício e na violência redentora. Essa disposição articula-se à *hýbris*, não como arrogância explícita, mas como obstinação em ultrapassar limites humanos em nome de uma ideia rígida de justiça. Tal excesso conduz à *peripéteia*, manifesta na inversão radical de sua fortuna, quando sua vida civil, sua reputação e suas relações afetivas são sistematicamente destruídas. O processo se completa com a *anagnórisis*, não como redenção plena, mas como reconhecimento doloroso de que sua identidade está indissociavelmente ligada ao sofrimento e à repetição da queda.

A contribuição teórica de Fredric Jameson revelou-se particularmente fecunda para compreender as especificidades dessa tragédia contemporânea. No capitalismo tardio, conforme diagnosticado pelo autor, o poder torna-se difuso e impessoal, operando por meio de estruturas sistêmicas que escapam à experiência direta. O sofrimento de Matt Murdock não decorre de um antagonista isolado, mas de uma rede complexa que envolve o crime organizado, o sistema jurídico, a mídia e as engrenagens econômicas da cidade. Essa dispersão do conflito corresponde ao que Jameson descreve como a dificuldade de “mapeamento cognitivo” do sujeito contemporâneo, que não consegue situar-se dentro da totalidade social que o oprime.

A análise visual das sequências de *Born Again* permitiu observar como a própria linguagem dos quadrinhos articula essa experiência trágica moderna. A degradação progressiva de Murdock, representada por meio da repetição de sua postura corporal em espaços cada vez mais degradados, dramatiza a ruína do sujeito diante de forças que não pode controlar. O confronto com Nuke, agente militarizado que age sob «autoridade federal», revela a dimensão estrutural do conflito, no qual o herói enfrenta não um inimigo identificável, mas uma rede impessoal de poderes institucionais. Essa articulação entre o colapso subjetivo e a opressão sistêmica constitui o cerne do trágico no capitalismo tardio.

A permanência da forma trágica na cultura contemporânea, particularmente nos quadrinhos, confirma as reflexões de Raymond Williams, para quem a tragédia não pertence a uma forma histórica encerrada, mas a uma experiência humana persistente. O trágico moderno emerge justamente nos

contextos em que não há transcendência nem intervenção divina, mas apenas estruturas sociais e conflitos internos. Matt Murdock, nesse sentido, não é um herói que vence o destino, mas um sujeito que aprende a compreendê-lo, reafirmando a atualidade do trágico como categoria estética e filosófica.

A obra de Frank Miller, ao reinscrever a lógica trágica clássica no espaço urbano e no indivíduo comum, demonstra que os quadrinhos podem operar como forma legítima de reelaboração de modelos trágicos. O Demolidor não apenas enfrenta obstáculos externos, mas é, sobretudo, atravessado por uma crise interna que questiona o sentido de suas próprias ações. Diferentemente do herói épico, que age com segurança ética e não problematiza suas ações dentro da lógica de seu tempo, Matt Murdock encarna o sujeito moderno que se vê compelido a agir mesmo sem garantias éticas estáveis, enfrentando dilemas que nunca se resolvem completamente.

Essa condição reflete o diagnóstico de Terry Eagleton sobre o trágico contemporâneo: o sofrimento trágico moderno raramente conduz à purificação; ele tende à repetição. A queda de Matt Murdock, marcada pela insistência no sacrifício e pela impossibilidade de superação definitiva, exemplifica essa mutação histórica da tragédia. O herói não vence o destino, mas o compreende, e é precisamente nessa lucidez dolorosa que reside sua grandeza trágica.

Em suma, a análise da trajetória de Matt Murdock na obra de Frank Miller revela a permanência e a adaptabilidade da forma trágica na cultura contemporânea. Ao substituir o destino divino por forças sociais e históricas, Miller atualiza a estrutura trágica clássica sem romper com sua lógica fundamental: a experiência do limite, do conflito insolúvel e do reconhecimento doloroso da própria condição. Os quadrinhos, nesse contexto, afirmam-se como espaço privilegiado de reelaboração de formas clássicas, capazes de dramatizar os impasses éticos e sociais do capitalismo tardio com a intensidade e a complexidade que a tragédia exige.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. **Poética**. Tradução, introdução e notas de Eudoro de Sousa. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 2015.
- EAGLETON, Terry. **Doce violência: a ideia do trágico**. Tradução de Rogério Bettoni. São Paulo: Unesp, 2013.
- JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo, ou, a lógica cultural do capitalismo tardio**. Durham: Duke University Press, 1991.
- LIRA, David Pessoa de. **A ἀμαρτία: culpa, ignorância ou paranoia?** In: ALBERTIM, Alcione Lucena de; SOARES, Willy Paredes (org.). *Escritos*

clássicos greco-latinos. João Pessoa: Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Paraíba.

MEDEIROS, Elen de. **Memória, narrativa e o trágico moderno**. *Moringa: Artes do Espetáculo*, João Pessoa: UFPB, v. 10, n. 1, p. 149–162, jan./jun. 201

MILLER, Frank; MAZZUCHELLI, David. **Daredevil: Born Again**. *Daredevil*, n. 227–233. New York: Marvel Comics, 1986.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. v. 1. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

dos Santos, A. (2005). **A tragédia grega: um estudo teórico**. *Revista Investigações*, 18(1), 41–67. Recuperado de <https://periodicos.ufpe.br/revistas/INV/article/view/1501>

TLLES, Luís Fernando Prado. **A condição trágica, o destino épico e o humano possível: apontamentos sobre literatura e humanização**. In: ALBERTIM, Alcione Lucena de; SOARES, Willy Paredes (org.). *Escritos clássicos greco-latinos*. João Pessoa: Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Paraíba

VERNANT, Jean-Pierre. 2001. **Entre mito & política**. Trad. Cristina Murachco. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

VIDAL-NAQUET, Pierre. 1999. **Mito e tragédia na Grécia antiga I e II**. Trad. Anna Lia A. de Almeida Prado et al. São Paulo: Perspectiva.

WILLIAMS, Bernard. **Vergonha e necessidade**. Tradução de Rogério Bettoni. São Paulo: Unesp, 2002.

WILLIAMS, Raymond. **Tragédia moderna**. Tradução de Betina Bischof. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

O PAPEL DE FERDINAND DE SAUSSURE PARA A LINGUÍSTICA MODERNA

Marilda Covre Lino Simão Martim (UFMS/ASPAS/UEMS/NuPeQ)

marildamartins@gmail.com

RESUMO

Este artigo examina o papel fundamental de Ferdinand de Saussure para a constituição da linguística moderna, destacando o corte epistemológico por ele operado ao deslocar o eixo dos estudos linguísticos da diacronia histórica para a sincronia estrutural. Partindo de breves notas biográficas, que evidenciam sua sólida formação no comparativismo do século XIX, o artigo percorre a gênese do *Cours de linguistique générale*, atentando para o caráter póstumo e construído da obra, que não impede, mas antes potencializa, sua coerência teórica. Analisa-se como Saussure redefine o objeto da disciplina ao instituir as dicotomias língua/fala, sincronia/diacronia e significante/significado, além de formular os princípios da arbitrariedade do signo e do valor linguístico. Demonstra-se que a língua, em sua perspectiva, é forma e não substância, constituída por relações diferenciais e opositivas, nas quais cada elemento vale por sua posição na rede sistemática, e não por qualquer vínculo natural com a realidade extralinguística. A reflexão situa Saussure como herdeiro crítico da tradição comparativista do século XIX, percorrendo com cuidado as contribuições de autores fundamentais como Franz Bopp, Jacob Grimm, August Schleicher, os neogramáticos de Leipzig, Hermann Paul e William Dwight Whitney, bem como a filosofia da linguagem de Wilhelm von Humboldt, cujos avanços e impasses tornaram possível sua síntese inovadora, ao mesmo tempo em que explicita os limites do historicismo e do naturalismo que ele buscou superar com sua virada estrutural. Aborda-se, ainda, a recepção do *Cours de linguistique générale*, publicado postumamente em 1916 a partir de notas de alunos, e sua influência decisiva sobre o estruturalismo europeu e outras ciências humanas, como a semiologia, a antropologia estrutural e a psicanálise, consolidando-o como um dos arquitetos da modernidade teórica e expandindo seu legado para além dos domínios estritos da linguística. No contexto brasileiro, examina-se a reinterpretação da obra saussuriana em manuais didáticos de Mattoso Camara Jr., Gladstone Chaves de Melo, Silvio Elia, Francisco da Silva Borba e Edward Lopes, revelando um processo de apropriação que, inicialmente diplomático e filológico, tornou-se mais

autônomo e crítico com a consolidação da pós-graduação na década de 1970, acompanhando a institucionalização da linguística no país. Por fim, argumenta-se que a atualidade de Saussure não se resume à permanência de seus conceitos, mas se estende à fecundidade de seus silêncios e à abertura interpretativa de seus manuscritos, que continuam a provocar novos debates sobre linguagem, discurso, enunciação e subjetividade, reafirmando seu lugar como fundador indispensável do pensamento linguístico contemporâneo.

Palavras-chave: Ferdinand de Saussure; Estruturalismo; *Cours de linguistique générale*; Langue e parole; Signo linguístico.

INTRODUÇÃO

Ferdinand de Saussure é considerado como uma das figuras fundadoras da linguística moderna pelo fato de que seu pensamento, radical para a época, operou transformação no modo de conceber a linguagem, o signo e o próprio objeto da linguística. Se a tradição anterior havia se ocupado, predominantemente de comparar formas e explicar mudanças sonoras, Saussure deslocou o foco da investigação para a estrutura interna da língua, definindo-a como um sistema de valores diferencialmente constituídos. Esse movimento, de natureza epistemológica, alterou profundamente o estatuto da disciplina e abriu caminho para a constituição de uma linguística autônoma, dotada de objeto e método próprios.

A importância de Saussure não deve, portanto, ser entendida como mera sucessão cronológica de autores ou como resultado de um único livro, o célebre *Cours de linguistique générale*, publicado postumamente em 1916. Seu legado deve ser compreendido como o ponto de convergência de uma longa tradição de estudos sobre a linguagem, cujos avanços e impasses tornaram possível o surgimento de sua reflexão, sendo, simultaneamente, herdeiro e crítico de um século XIX linguístico que lhe forneceu tanto os instrumentos quanto os limites a serem superados.

Nesse sentido, examinar o papel de Saussure para a linguística moderna implica, de um lado, reconstruir a trajetória intelectual que o precede e, de outro, explicitar o modo como seus conceitos fundamentais, língua e fala, sincronia e diacronia, significante e significado, arbitrariedade do signo e valor linguístico, reconfiguram os fundamentos do estudo da linguagem. Ao mesmo tempo, sua influência extrapola o campo estrito da linguística e alcança as ciências humanas em geral, especialmente a semiologia, a antropologia estrutural, a psicanálise e os estudos do discurso.

Dessa forma, a contribuição de Saussure para a linguística moderna não reside apenas em haver formulado dicotomias célebres, mas, sobretudo,

em ter instituído uma nova racionalidade teórica para pensar a linguagem como sistema, isto é, como totalidade organizada por relações internas de diferença, sem recorrer a fundamentos naturalistas, psicologizantes ou puramente historicistas.

1. SAUSSURE EM PERSPECTIVA: BREVES NOTAS BIOGRÁFICAS

O nome de Ferdinand de Saussure ocupa uma posição singular na linguística, sendo pronunciado com o respeito, levando em consideração a densidade de sua formação intelectual e à maneira como sua vida acadêmica se construiu em diálogo permanente com a tradição filológica e comparativista de seu tempo. É o que nos traz Bulea Bronckart (2013, p. 31-53):

Nascido em Genebra, em 26 de novembro de 1857, Ferdinand Mongin de Saussure cresceu em um ambiente familiar fortemente marcado pela produção científica. Seu pai, Henri de Saussure, era geólogo e entomologista; seu avô, Nicolas Théodore de Saussure, era botânico; e seu bisavô, Horace Bénédict de Saussure, naturalista. Tal contexto não pode ser considerado um dado secundário, pois contribuiu para a formação de uma sensibilidade intelectual orientada pelo rigor, pela observação e pela valorização do método. Trata-se de um pano de fundo que ajuda a compreender, ainda que indiretamente, a vocação de Saussure para a análise sistemática.

Desde cedo, revelou extraordinária aptidão para o estudo das línguas. Aos 15 anos, dominava francês, inglês, alemão e grego; aos 17, orientado pelo filólogo Adolphe Pictet, iniciou-se de forma autodidata no sânscrito, utilizando as gramáticas de Franz Bopp e de Georg Curtius. Esse dado é especialmente revelador, pois o contato precoce com línguas diversas e com a gramática comparada foi decisivo para a formação de sua postura crítica diante dos estudos da linguagem.

Aos 19 anos, ingressou na Universidade de Leipzig, importante centro dos estudos indo-europeus, onde se dedicou ao persa antigo, ao celta, ao eslavo e ao lituano. Em 1878, publicou sua dissertação sobre o sistema primitivo de vogais indo-europeias, texto que já demonstra sua inserção no horizonte da linguística histórica. Em seguida, prosseguiu seus estudos em Berlim, aprofundando-se no sânscrito, no celta e no indiano.

Em 1880, mudou-se para Paris, onde continuou sua formação na École des Hautes Études, estudando sânscrito e filologia latina, além de frequentar cursos de iraniano e assistir às aulas de Michel Bréal, considerado o fundador da semântica moderna. No ano seguinte, defendeu sua tese de doutorado sobre o genitivo absoluto em sânscrito e, pouco depois, foi nomeado professor de

linguística histórica na mesma instituição, lecionando Sânscrito, Gótico, Alto Alemão e Filologia Indo-Europeia.

Em 1891, retornou a Genebra, onde ensinou Linguística Indo-Europeia e Sânscrito. Entre 1907 e 1911, ministrou os cursos que dariam origem ao *Cours de linguistique générale*, organizado posteriormente por seus alunos Charles Bally e Albert Séchehaye.

Essa trajetória mostra que Saussure não foi um pensador desligado do saber acumulado de seu tempo. Ao contrário ele participa da tradição comparativista, domina suas ferramentas e, justamente por isso, encontra condições para criticá-la de dentro. O valor de sua biografia, portanto, revela a passagem entre uma linguística voltada para a comparação histórica e uma linguística voltada para a estrutura do sistema.

2. OS ESTUDOS PRÉ-SAUSSURIANOS COMO CONDIÇÃO DE POSSIBILIDADE DO PENSAMENTO SAUSSURIANO

O pensamento de Saussure só pode ser adequadamente situado quando inserido no conjunto de debates, métodos e problemas desenvolvidos ao longo do século XIX. Longe de serem simples antecedentes cronológicos, os estudos pré-saussurianos constituem o terreno epistemológico sobre o qual a obra de Saussure se torna possível. Em certa medida, o genebrino herda, radicaliza e reorganiza o legado do comparativismo, da linguística histórica e das reflexões sobre a linguagem produzidas no período.

Carlos Alberto Faraco (2011) oferece um panorama particularmente elucidativo desse percurso ao reunir nomes fundamentais da tradição que antecede Saussure. Entre eles, destaca-se William Jones (1746–1794), cuja intervenção de 1786, ao estabelecer o parentesco entre sânscrito, latim e grego, inaugurou um horizonte decisivo para a linguística histórica e comparativa. A partir dessa constatação, abriu-se a possibilidade de pensar as línguas não como entidades isoladas, mas como sistemas aparentados, passíveis de reconstrução genealógica.

Franz Bopp (1791–1867) é outro nome central. Sua obra sobre o sistema de conjugação do sânscrito em comparação com o grego, o latim, o persa e as línguas germânicas, publicada em 1816, consolidou o método comparativo e conferiu maior rigor à investigação das relações entre as línguas indo-europeias. A importância de Bopp para Saussure é também biográfica: o jovem genebrino utilizou suas gramáticas no aprendizado do sânscrito, o que revela o peso formativo desse autor em sua trajetória.

Jacob Grimm (1785–1863), por sua vez, contribuiu decisivamente para a linguística histórica ao formular leis fonéticas capazes de explicar

mutações regulares nos sons das línguas germânicas. Com ele, a mudança linguística adquire inteligibilidade sistemática, e não mais caráter meramente fortuito. Essa racionalização da mudança prepara, ainda que indiretamente, a distinção saussuriana entre sincronia e diacronia.

August Schleicher (1821–1867), influenciado pelo evolucionismo, radicalizou a perspectiva histórica ao conceber a língua como organismo vivo, dotado de nascimento, desenvolvimento e morte. Embora sua visão naturalista hoje seja amplamente contestada, sua contribuição reside em ter reforçado a ideia de que as línguas apresentam regularidade e história interna. Além disso, seu estudo de uma língua indo-europeia a partir da fala, e não apenas dos textos, constitui um avanço metodológico relevante.

A partir da década de 1870, os neogramáticos, especialmente em Leipzig, introduzem novas formas de rigor na análise da mudança linguística. Hermann Osthoff e Karl Brugmann defendem que as mudanças sonoras obedecem a leis fonéticas regulares, sem exceções, e que as aparentes irregularidades podem ser explicadas por analogia. Essa formulação não apenas fortalece a dimensão científica do estudo da língua, como também desloca a atenção para a regularidade interna do sistema, elemento que será central em Saussure.

Hermann Paul (1846–1921), principal sistematizador dessa escola, reforça a importância do indivíduo e do falante na história da língua, sustentando que as mudanças têm origem no uso. Sua obra *Prinzipien der Sprachgeschichte* tornou-se uma referência da época.

Já William Dwight Whitney (1827–1894), aluno de Bopp, avança na direção de uma concepção social da linguagem ao defendê-la como instituição convencional e arbitrária, recusando a metáfora do organismo natural. Nesse ponto, Whitney antecipa de forma notável algumas formulações saussurianas, sobretudo ao tratar a língua como fato social e sistema de signos.

Wilhelm von Humboldt (1767–1835) completa esse quadro ao conceber a língua não como produto acabado (*ergon*), mas como atividade criadora contínua (*energeia*). Sua filosofia da linguagem, ao articular língua, pensamento e cultura, contribui para deslocar o enfoque da linguagem como mera nomenclatura para a linguagem como forma de constituição do mundo humano.

Saussure desloca o centro da investigação para a estrutura relacional da língua em um dado estado, conferindo-lhe autonomia metodológica. Assim, o que em seus predecessores aparece disperso, parcial ou ainda preso a modelos naturalistas e historicistas, em Saussure se converte em um programa teórico consistente.

Pode-se, assim, afirmar que a trajetória que antecede o *Curso de Linguística Geral* (CLG) de Ferdinand de Saussure não foi uma senda linear pois:

O homem quando pensa faz como quando caminha. Há estradas planas; há estradas montanhosas. E todos sabem como se desenvolvem as estradas montanhosas. Na planície a estrada pode andar reta, mas na montanha se adapta naquilo que em francês é chamado de tourniquets (torniquete). Essa é uma comparação. Também no terreno do pensamento há uma planície e uma montanha. (Carnelutti, 2007)

Parafraseando Fernando Carnelutti, a via que levou ao *Curso de Linguística Geral* foi uma “rude vereda alpina”, repleta de percalços que foram superados no decorrer do tempo, por estudiosos e pesquisadores que alicerçaram o caminho que posteriormente seria percorrido por Saussure

Como observa Faraco (2011, p. 28), “as sementes dessa concepção toda [de Saussure] estão dadas no senso de sistema autônomo que atravessou o século XIX”. A força de Saussure, portanto, está em ter convertido sementes dispersas em arquitetura conceitual.

3. A FUNDAÇÃO DA LINGÜÍSTICA MODERNA: A CONTRIBUIÇÃO DECISIVA DO PENSAMENTO SAUSSURIANO

A importância de Saussure para a linguística moderna reside, antes de tudo, na redefinição de seu objeto. Ao distinguir língua (*langue*) e fala (*parole*), ele institui uma separação teórica decisiva entre o sistema social de signos e os atos individuais de utilização desse sistema. A língua passa a ser entendida como instituição social, conjunto de valores compartilhados por uma comunidade de fala, ao passo que a fala é reconhecida como realização particular, de forma que Saussure delimita um domínio específico para a ciência da linguagem, afastando-o das abordagens anteriores, frequentemente vinculadas à filologia, à psicologia ou à fisiologia.

Em vez de buscar explicações exteriores à língua, Saussure propõe estudar a estrutura interna do sistema linguístico: o objeto da linguística não é mais a substância material dos sons nem a história isolada de suas transformações, mas a rede de relações que constitui o valor dos signos em um dado estado da língua.

Nesse ponto, o conceito de valor linguístico é centra pois em Saussure, o signo não possui valor por si mesmo, mas vale por oposição e diferença em

relação aos demais signos do sistema. O sentido, portanto deriva das posições relativas ocupadas pelos elementos na estrutura. Essa concepção rompe com a ideia de que a linguagem seria um conjunto de nomes correspondentes a coisas e demonstra que a língua é, antes, uma organização diferencial de formas. Assim, o signo não designa simplesmente um objeto do mundo, mas produz sentido no interior de um sistema relacional.

A arbitrariedade do signo é outro princípio decisivo. Ao afirmar que a relação entre significante e significado é arbitrária, Saussure desfaz a crença em qualquer vínculo natural entre palavra e coisa. A linguagem recorta a realidade e a organiza segundo convenções históricas e sociais, de forma que sua organização se baseia em regras e pactos compartilhados, e não em uma motivação natural. O signo é arbitrário, mas o sistema em que ele funciona é estruturado.

A oposição entre sincronia e diacronia também desempenha papel fundamental. Saussure não elimina a história, ele apenas recusa o predomínio exclusivo da perspectiva histórica na análise linguística. A sincronia permite descrever o sistema em um dado momento, considerando suas relações internas; a diacronia, por sua vez, examina as mudanças ocorridas ao longo do tempo. A inovação de Saussure consiste em afirmar que a linguística precisa distinguir com rigor esses dois pontos de vista, evitando subordinar a análise estrutural à história das formas.

Esse deslocamento metodológico tem consequências amplas. O que importa não é a soma dos elementos, mas a configuração das diferenças que os torna significativos. A língua é, assim, forma e não substância, e redefine a própria noção de ciência da linguagem.

Outro aspecto relevante é a constituição do signo como unidade de duas faces: significante e significado. Saussure resolve o antigo debate filosófico ao defender que a relação entre o nome (significante) e o conceito (significado) é arbitrária, fruto da cultura, e não da natureza.

A partir dessas formulações, Saussure institui uma nova forma de pensar a ciência da linguagem. Sua contribuição não é apenas descritiva, mas epistemológica. Ele delimita o objeto, estabelece os princípios de análise e separa a linguística de campos vizinhos, criando as condições para sua autonomia. É nesse sentido que se pode afirmar que o pensamento saussuriano marca um verdadeiro corte na história da disciplina. Antes dele, a linguagem era frequentemente tratada a partir de suas manifestações exteriores; com ele, passa a ser pensada como sistema de relações internas.

4. O CURSO DE LINGÜÍSTICA GERAL E A RECEPÇÃO DO PENSAMENTO SAUSSURIANO

A publicação do *Cours de linguistique générale*, em 1916, constituiu um marco histórico não apenas porque tornou amplamente conhecido o pensamento de Saussure, mas também porque organizou, de modo sistemático, um conjunto de teses que viriam a influenciar profundamente a linguística e outras ciências humanas. Ainda que o livro tenha sido montado a partir de notas de aula, sua repercussão foi imensa e decisiva para a consolidação de um novo paradigma.

Os autores que comentam Saussure convergem ao destacar que a originalidade do *Curso* está em sua capacidade de definir a língua como sistema autônomo e a linguística como ciência própria. Essa autonomia, entretanto, só se torna inteligível quando observada em contraste com a situação anterior, pois até então, os estudos da linguagem estavam dispersos entre a gramática tradicional, a filologia, a história comparada e a psicologia. Saussure oferece uma base teórica capaz de reorganizar esse campo heterogêneo.

Uma das noções mais produtivas do *Curso* é a de que os signos não têm sentido isolado. O valor de cada termo é determinado por suas relações de diferença e oposição com os demais termos do sistema. A língua não é um inventário de unidades substanciais mas sim uma trama relacional em que cada elemento só existe enquanto ocupa uma posição. Dessa forma, a análise linguística deve privilegiar a estrutura e não a substância.

Os intérpretes de Saussure também destacam a relevância da distinção entre língua e fala como condição para seu reconhecimento científico. Se a fala é individual, a língua é o sistema compartilhado que torna possível a comunicação. Para Saussure, a linguística deve concentrar-se na língua, pois é nela que reside a regularidade que permite o tratamento científico do objeto. Esse ponto é crucial, porque impede que a investigação se perca na infinidade dos atos particulares e a reconduz a uma totalidade sistemática.

Outro elemento essencial é a ideia de que o valor de um signo não é dado por uma relação direta com o mundo, mas por sua inserção no sistema. Decorre daí a importância do princípio da arbitrariedade e da estrutura relacional. Sem essa perspectiva, a linguagem poderia parecer um universo caótico de sons desconexos e de pensamentos amorfos; com ela, revela-se como forma organizada de significação.

A importância de Saussure não se limita à linguística pois sua teoria do signo e sua concepção de sistema exerceram influência decisiva sobre o estruturalismo e abriram horizontes para áreas como a semiologia, a antropologia e a psicanálise. A ideia de que as estruturas significantes

precedem e organizam as manifestações individuais tornou-se um dos grandes eixos do pensamento do século XX. Nesse sentido, Saussure não é apenas um linguista importante, mas é um dos arquitetos da modernidade teórica nas ciências humanas.

Outro aspecto relevante diz respeito ao estudo dos manuscritos e notas dos alunos e do próprio Saussure, onde foi possível encontrar um pensador mais complexo, solitário, cuja busca rigorosa pela verdade o impediu de publicar em vida, por considerar suas ideias ainda imaturas mas, que a despeito disso estabeleceu as bases do estruturalismo moderno e cujas sementes intelectuais floresceram e transformaram as ciências da linguagem após sua morte, pois suas ideias possuem a capacidade de “viver uma vida própria”.

5. A OBRA DE SAUSSURE NO BRASIL

Silveira (2016, p. 181-205) ensina que a obra de Ferdinand de Saussure foi recepcionada durante os primeiros cinquenta anos dos cursos de Letras no país e o *Curso de Linguística Geral* (CLG) foi apresentado e interpretado em cinco manuais didáticos brasileiros de grande circulação, antes e logo após a tradução da obra para o português em 1970, influenciada pelo clima cultural do Modernismo brasileiro, especificamente pelo “Manifesto Antropófago”, que propunha “devorar” a cultura estrangeira para transformá-la em algo nacional. O estudo foca em cinco autores fundamentais:

- a) **Mattoso Camara Jr. (1942):** Pioneiro na introdução do estruturalismo, reconhece o alcance da teoria de Saussure, mas mantém uma postura diplomática frente a controvérsias teóricas.
- b) **Gladstone Chaves de Melo (1951):** Embora reconheça Saussure como o “pai da nova ciência”, mantém um forte compromisso com a filologia, sem aprofundar o debate epistemológico.
- c) **Silvio Elia (1955/1978):** Apresenta Saussure como o precursor que permitiu à linguística superar os estudos do século XIX, aproximando-se de uma perspectiva estruturalista mais clara.
- d) **Francisco da Silva Borba (1970):** Identifica Saussure com o positivismo e o estruturalismo, tratando-o como precursor de teorias modernas, embora evite o nome de Saussure em certas seções teóricas.
- e) **Edward Lopes (1976/1980):** Escrevendo já com o CLG traduzido, apresenta uma análise mais detalhada e comprometida com os conceitos saussurianos, conferindo a Saussure o lugar de fundador da teoria linguística moderna.

Pode-se dizer quehouve uma leitura “à brasileira” de Saussure, sendo certo que inicialmente, os manuais eram marcados por uma oscilação entre as ideias europeias e a necessidade de pensar a realidade nacional, o que muitas vezes inibia uma discussão epistemológica profunda. Com o passar das décadas e a criação das pós-graduações na década de 1970, a linguística brasileira passou a ter um maior “desembaraço” em relação a outras áreas (como a filologia e a estilística), permitindo uma circulação mais livre e consolidada das ideias de Saussure. Dessa forma, o Curso de Linguística Geral não foi apenas importado, mas reinterpretado pelos linguistas brasileiros conforme a disciplina se institucionalizava no país.

6. A ATUALIDADE DE SAUSSURE

A atualidade do mestre genebrino na compreensão da língua como sistema é evidenciada nas teses como a arbitrariedade do signo, a primazia das relações sobre os termos isolados e a distinção entre sincronia e diacronia, de forma tal que continua a oferecer instrumentos teóricos robustos para a análise de fenômenos linguísticos, discursivos e semióticos, inspirando novos debates.

Ele permanece atual por haver tornado possível a constituição da linguagem como objeto de ciência, o que lhe conferiu autonomia conceitual e metodológica. Além disso, Saussure antecipou uma série de desenvolvimentos intelectuais que atravessaram o século XX, como o estruturalismo e influenciou diversas áreas das ciências humanas (Semiologia, Antropologia, Psicanálise). Ademais, o retorno aos manuscritos revela um autor em constante busca, cujas lacunas e “silêncios”, longe de representarem falhas, continuam a inspirar novas novas teorias e investigações sobre o discurso, a enunciação e a história.

Tem-se, assim, que em Saussure, a obra publicada e o pensamento em processo não se excluem, mas se iluminam reciprocamente. Isso faz de sua leitura um exercício de interpretação continuamente renovado, de forma que a observação atribuída a Ítalo Calvino é, nesse ponto, particularmente expressiva: o linguista genebrino é daqueles autores que parecem sempre novos, inesperados e inéditos, justamente porque sua obra não se esgota em fórmulas consagradas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura da obra de Ferdinand de Saussure revela-se indispensável para a compreensão da linguística moderna, não apenas por seu valor histórico, mas sobretudo por sua potência teórica, que permanece ativa e fecunda. Seu mérito maior consistiu em deslocar a atenção da substância para a forma, da

história isolada para o sistema, da designação para o valor e da soma dos elementos para as relações que os constituem. Ao fazer isso, Saussure não apenas fundou uma disciplina mais autônoma, mas inaugurou um modo de reflexão que se tornou decisivo para as ciências humanas no século XX.

A originalidade de seu pensamento, entretanto, não deve ser compreendida como uma ruptura absoluta com a tradição. Como procurou-se demonstrar, Saussure é o ponto de chegada de uma longa trajetória intelectual que inclui nomes como Bopp, Grimm, Schleicher, os neogramáticos, Whitney e Humboldt. Cada um desses autores, a seu modo, contribuiu para a formação do terreno epistemológico sobre o qual Saussure pôde operar sua síntese. Sua genialidade residiu em haver convertido sementes dispersas em arquitetura conceitual, levando à consequência máxima tendências que já se anunciavam no século XIX.

As dicotomias saussurianas — língua e fala, sincronia e diacronia, significante e significado — não são meros instrumentos classificatórios, mas categorias que redefinem o próprio objeto da linguística. Ao afirmar que a língua é forma e não substância, Saussure institui uma nova racionalidade teórica, na qual o valor de cada elemento é determinado por sua posição na rede de diferenças e oposições que constitui o sistema. Essa concepção relacional da linguagem rompe com a ideia de que os signos seriam etiquetas fixas para objetos do mundo e demonstra que a significação emerge das relações internas à própria língua.

O princípio da arbitrariedade do signo, por sua vez, desfaz a crença em qualquer vínculo natural entre palavra e coisa, revelando que a linguagem recorta e organiza a realidade segundo convenções históricas e sociais. Esse gesto teórico tem implicações profundas, pois coloca a linguagem no centro da constituição do humano, como condição de possibilidade do pensamento e da cultura. Não por acaso, a influência de Saussure ultrapassou os limites da linguística e alcançou a semiologia, a antropologia estrutural, a psicanálise e a teoria literária, consolidando-o como um dos arquitetos da modernidade teórica.

No Brasil, a recepção do pensamento saussuriano acompanhou o processo de institucionalização da linguística, marcado inicialmente por uma leitura diplomática e, posteriormente, por uma apropriação mais crítica e autônoma. Os manuais didáticos aqui analisados revelam uma trajetória que vai do reconhecimento cauteloso à consolidação teórica, evidenciando que o *Cours de linguistique générale* não foi simplesmente importado, mas reinterpretado à luz das necessidades e dos debates do contexto nacional. Esse movimento atesta a vitalidade e a adaptabilidade do pensamento saussuriano,

que se mostrou capaz de dialogar com diferentes tradições e de inspirar novas gerações de pesquisadores.

A atualidade de Saussure, contudo, não se resume à permanência de seus conceitos. Ela reside, sobretudo, na fecundidade de seus silêncios e de suas ambiguidades. O retorno aos manuscritos tem revelado um autor em constante busca, cujo pensamento não se esgota nas formulações do *Curso*. As lacunas e tensões de sua obra, longe de representarem falhas, continuam a provocar novos debates e a inspirar investigações sobre o discurso, a enunciação, a história e a subjetividade. Saussure é, nesse sentido, um autor que parece sempre novo, inesperado e inédito, justamente porque sua reflexão permanece aberta à interpretação.

Assim, a contribuição de Ferdinand de Saussure para a linguística moderna não se reduz a um conjunto de teses consagradas, mas institui um horizonte teórico que ainda hoje desafia os pesquisadores. Sua obra não é um monumento a ser contemplado, mas um território a ser percorrido, no qual cada leitura descobre novos problemas e novas perguntas. E é precisamente essa capacidade de provocar o pensamento que assegura a Saussure um lugar central na história das ideias linguísticas e, mais amplamente, no pensamento contemporâneo sobre a linguagem e o sentido.

REFERÊNCIAS

BOUSSURE, Paul. **Saussure: um guia para os perplexos**. Tradução de Renata Gapar Nascimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012, p. 17-62

BULEA BRONCKART, Ecaterina. O signo em Ferdinand de Saussure: um campo chave para a chave dos campos. In: **Traduzires**, 2013, vol. 2, nº 1, p. 33–35

CARNELUTTI, Francesco. **A arte do direito**; tradução Amilcare Carletti. São Paulo: Editora Pillares, 2007, p.14

DEPECHKER, Loïc. **Compreender Saussure a partir dos manuscritos**. Tradução de Maria Ferreira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 11-28, 169-183

DOSSE, François. **História do estruturalismo**. I e II. São Paulo: Editora Ensaio; Campinas, Editora da UNICAMP, 1993, p. 81-91

FARACO, Carlos Alberto. Estudos pré-saussurianos. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). **Introdução à linguística:**

fundamentos epistemológicos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 27-51.

SILVEIRA, Eliane. Saussure à brasileira – Estatuto epistemológico do Curso de linguística geral nos manuais publicados entre 1930 e 1980. In. FARACO, Carlos Alberto. (Org.) **O efeito saussure - cem anos do curso de linguística geral**. São Paulo: Parábola Editorial, 2016, p. 26-48, 181-218

FIORIN, José Luiz; Flores, Valdir do Nascimento; Barbisan, Leci Borbes (Orgs.) **Saussure: a invenção da linguística**. São Paulo: Contexto, 2015, p. 7-43

FIORIN, José Luiz. **Linguística? Que é isso?** São Paulo: Contexto, 2013, p. 13-73

LOPES, Edward. A identidade e a diferença: raízes históricas das teorias estruturais da narrativa. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997 – (**Acadêmica**, 15), p. 45-56, 153-167

REPRESENTAÇÃO NARRATIVA DAS TENSÕES DA SOCIEDADE ESTADUNIDENSE EM *A MARCHA*: AMERICANISMO, NARRATIVA GRÁFICA E MOVIMENTO DOS DIREITOS CIVIS

Emerson Aparecido Brandão da Silva (UEMS)
emersonsba@hotmail.com

RESUMO

A trilogia *A Marcha* (*March*), de John Lewis, Andrew Aydin e Nate Powell, figura entre as mais expressivas narrativas gráficas dedicadas ao Movimento dos Direitos Civis nos Estados Unidos. Este artigo analisa duas sequências do primeiro volume, compreendendo a narrativa gráfica como uma forma de representação histórica que articula texto, imagem e sequência narrativa. O estudo dialoga com o conceito de americanismo desenvolvido por Andreotti e com as reflexões de Stein sobre a especificidade da narrativa gráfica de não ficção, partindo da hipótese de que as sequências selecionadas evidenciam contradições estruturais entre os princípios do imaginário nacional estadunidense — liberdade, democracia e igualdade — e a experiência histórica da população negra durante a segregação racial. A metodologia fundamenta-se na análise pictórica de Viana, concentrando-se nos modos de retratar e na organização dos pictogramas, enquadramentos e ritmo narrativo. Na primeira sequência (p. 38), a representação de uma viagem de automóvel materializa as barreiras impostas à mobilidade da população negra, revelando como a segregação estruturava práticas cotidianas e restringia o exercício da cidadania. Na segunda (p. 77), a narrativa desloca o foco para os processos de formação política e aprendizado da resistência não violenta, evidenciando que a ação coletiva pressupõe estudo, reflexão e preparação. Os resultados demonstram que a força interpretativa de *A Marcha* não decorre apenas dos acontecimentos históricos recuperados, mas das escolhas formais por meio das quais articula experiências individuais e processos coletivos, transformando a narrativa gráfica em um dispositivo de produção de sentidos sobre o passado. A obra ultrapassa a reconstrução cronológica ao construir uma interpretação

das tensões sociais que atravessam a sociedade estadunidense, reafirmando o potencial dos quadrinhos como objeto de investigação nos estudos literários e históricos.

Palavras-chave: *A Marcha*; narrativa gráfica; americanismo; Movimento dos Direitos Civis; representação histórica.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, os estudos sobre quadrinhos consolidaram-se como um campo de investigação das relações entre literatura, memória e história. Nesse cenário, narrativas gráficas de não ficção dedicadas à representação de acontecimentos históricos têm ampliado as possibilidades de interpretação do passado ao articular linguagem verbal e visual em uma organização sequencial. É nessa perspectiva que se insere a trilogia *A Marcha*.

Escrita por John Lewis e Andrew Aydin e ilustrada por Nate Powell, *A Marcha* articula o testemunho autobiográfico de Lewis à reconstrução de uma experiência histórica coletiva. A obra não se limita a registrar acontecimentos ou a reconstituí-los cronologicamente, mas organiza uma interpretação do período por meio da composição das páginas, da disposição dos quadros, dos enquadramentos e da interação entre texto e imagem.

Embora a dimensão autobiográfica e o potencial pedagógico de *A Marcha* ocupem posição relevante nas discussões sobre a obra, torna-se necessário aprofundar o exame dos procedimentos narrativos pelos quais ela constrói uma interpretação dessas tensões históricas. Parte-se da premissa de que a linguagem dos quadrinhos não funciona apenas como suporte visual para o testemunho de John Lewis, mas participa ativamente da elaboração dos sentidos atribuídos às experiências representadas.

Diante desse problema, pergunta-se: como a articulação entre texto, imagem e sequência narrativa constrói, nas sequências selecionadas do primeiro volume de *A Marcha*, uma representação das tensões entre o imaginário nacional estadunidense e a experiência histórica da população negra durante a segregação racial? O objetivo deste artigo é analisar os procedimentos narrativos por meio dos quais essas tensões são organizadas, considerando a composição visual, os enquadramentos, o ritmo da progressão narrativa e a relação entre linguagem verbal e visual.

Para tanto, a análise estabelece um diálogo entre o conceito de americanismo desenvolvido por Andreotti e as reflexões de Daniel Stein sobre a narrativa gráfica de não ficção. Enquanto o primeiro referencial permite compreender as contradições entre os ideais de liberdade, democracia e

igualdade e a experiência histórica da segregação racial, o segundo oferece instrumentos para examinar como documentos, testemunhos e acontecimentos são reorganizados pela linguagem dos quadrinhos. O corpus é constituído por duas sequências do primeiro volume, correspondentes às páginas 38 e 77, selecionadas por evidenciarem, respectivamente, as restrições impostas à mobilidade da população negra e o processo de formação política associado à resistência não violenta.

Ao concentrar-se na organização narrativa dessas sequências, o estudo procura demonstrar que a força interpretativa de *A Marcha* não decorre apenas dos acontecimentos históricos que recupera, mas das escolhas formais por meio das quais articula experiências individuais e processos coletivos. Pretende-se, assim, contribuir para os estudos sobre quadrinhos e narrativa gráfica de não ficção, evidenciando como essa linguagem pode produzir interpretações específicas das relações entre memória, história e experiência social.

1. AMERICANISMO E TENSÕES NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL ESTADUNIDENSE

O americanismo é compreendido aqui como um construto identitário nacional cujos sentidos são produzidos e disputados historicamente. Conforme a perspectiva de Andreotti, trata-se de um imaginário social continuamente atualizado, no qual valores como liberdade e democracia coexistem com mecanismos antagônicos. Nesse sentido, o americanismo constitui, neste artigo, uma categoria analítica para compreender como *A Marcha* representa as tensões entre o ideal nacional estadunidense e a experiência histórica da população negra.

Os valores associados à identidade nacional estadunidense não decorrem exclusivamente de sua organização política ou de acontecimentos históricos específicos; eles também são produzidos por narrativas que constroem representações compartilhadas sobre a nação, seus símbolos e seus ideais. O chamado *American Way* foi historicamente associado à democracia, ao progresso, ao desenvolvimento técnico e às liberdades individuais, convertendo-se em um conjunto de valores frequentemente apresentado como representativo da própria experiência estadunidense (ANDREOTTI, 2023, p. 201).

É nesse contexto que as histórias em quadrinhos assumem relevância para a discussão desenvolvida por Andreotti. Sua análise demonstra que, no caso das histórias do Superman por ele examinadas, os quadrinhos não constituem apenas produtos de entretenimento, mas participam da circulação

e da consolidação de imaginários sociais. Mais do que refletirem determinados valores, essas narrativas contribuem para produzir interpretações sobre a identidade nacional e sobre o lugar ocupado pelo imaginário cultural estadunidense. Embora o objeto deste estudo seja distinto, essa perspectiva oferece um referencial pertinente para compreender *A Marcha*, uma vez que também se trata de uma narrativa gráfica que organiza uma interpretação da sociedade estadunidense em um momento decisivo de sua história.

No cenário estadunidense, os valores associados ao americanismo coexistiram historicamente com profundas desigualdades raciais. Durante boa parte do século XX, a população negra permaneceu submetida a um conjunto de práticas e dispositivos legais que restringiam o exercício da cidadania, o acesso aos espaços públicos e a participação política. A convivência entre a defesa da liberdade e da igualdade, por um lado, e a manutenção de mecanismos sistemáticos de exclusão racial, por outro, constitui uma das principais tensões da história social dos Estados Unidos e fornece o contexto histórico no qual se desenvolve o Movimento dos Direitos Civis. Nesse período, os significados atribuídos à democracia, à liberdade e à cidadania tornaram-se objeto de intensas disputas políticas e sociais.

É nesse contexto histórico que *A Marcha* se insere. A obra não tem por finalidade discutir conceitualmente o americanismo nem reconstruir sua formação histórica. Ao representar experiências vividas durante a segregação racial, evidencia as tensões entre o imaginário nacional estadunidense e a experiência histórica da população negra. Assim, o americanismo orienta, neste artigo, a interpretação da organização narrativa da obra, permitindo examinar como essas tensões são representadas por meio da articulação entre texto, imagem e sequência narrativa.

2. NARRATIVA GRÁFICA E CONSTRUÇÃO DA EXPERIÊNCIA HISTÓRICA

Ao analisar a trilogia *March*, Daniel Stein (2021) compreende a obra como uma narrativa gráfica de não ficção que articula testemunho autobiográfico, memória e reconstrução histórica. Em sua leitura, a narrativa reorganiza documentos, fotografias, discursos e testemunhos em uma nova configuração narrativa, produzindo uma interpretação do Movimento dos Direitos Civis por meio dos recursos próprios da linguagem dos quadrinhos.

Essa perspectiva desloca o interesse analítico da simples identificação dos acontecimentos históricos para os procedimentos narrativos que lhes atribuem significado. Em sua composição narrativa, *A Marcha* não apenas retrata acontecimentos, mas estrutura uma interpretação da experiência

histórica. A composição das páginas, a disposição dos quadros, a remediação de imagens historicamente conhecidas, a alternância entre diferentes temporalidades e a articulação entre linguagem verbal e visual orientam a leitura e organizam uma interpretação da experiência histórica que ultrapassa a dimensão documental da narrativa

Sob essa perspectiva, a discussão desenvolvida por Stein dialoga diretamente com o referencial histórico apresentado por Andreotti. Enquanto Andreotti fornece os instrumentos para compreender as tensões relacionadas ao americanismo e ao imaginário nacional estadunidense, Stein permite examinar como essas tensões são narrativamente organizadas em *A Marcha*. O primeiro delimita o horizonte histórico e político no qual se inserem os conflitos representados, o segundo oferece os elementos para compreender como a narrativa gráfica transforma esse horizonte em experiência narrativa. A convergência entre essas perspectivas constitui o referencial teórico que orienta as análises desenvolvidas.

2.1 Procedimentos analíticos

A análise concentra-se em duas sequências do primeiro volume de *A Marcha* (páginas 38 e 77). Fundamenta-se na decomposição do *corpus* em suas unidades significativas imagéticas, denominadas pictogramas, definidos como o conjunto de retratos em um espaço significativo único (VIANA, 2018, p. 105). Busca-se identificar o ‘modo de retratar’ de Nate Powell, que nesta obra assume um caráter orientado ou crítico (VIANA, 2018, p. 95). Segundo Viana, esse modo ocorre quando o retrato é perpassado por valores, matrizes ideológicas e objetivos políticos que visam questionar a realidade social, neste caso, a ordem segregacionista.

Optou-se pela análise de sequências específicas em vez da obra integral, uma vez que o objetivo da pesquisa não consiste em realizar uma leitura exaustiva da trilogia, mas compreender os processos narrativos. Cada sequência é analisada observando a articulação entre linguagem verbal e visual, a composição da página e a organização dos pictogramas. A análise contempla ainda os enquadramentos, o ritmo da progressão narrativa e a função desempenhada por esses elementos na construção da interpretação proposta pela obra, revelando tensões entre o imaginário nacional estadunidense e a experiência histórica da população negra durante a segregação racial.

3. A REPRESENTAÇÃO NARRATIVA DAS TENSÕES DA SOCIEDADE ESTADUNIDENSE EM *A MARCHA*

A análise proposta parte do pressuposto de que o sentido da obra não reside apenas nos fatos históricos, mas na forma como a linguagem da narrativa gráfica os interpreta. Assim, cada subseção foca em uma dimensão das tensões entre o imaginário nacional e a experiência negra, investigando como as escolhas composicionais de Powell e Lewis organizam essa interpretação em *A Marcha*.

Embora as duas sequências possuam relativa autonomia, elas estabelecem um percurso interpretativo complementar, articulando o reconhecimento da violência sistêmica à preparação necessária para enfrentá-la, enquanto a primeira evidencia como a segregação racial estruturava práticas cotidianas e restringia a liberdade de circulação da população negra. A segunda desloca a atenção para os processos de formação política, mostrando que a resistência não violenta foi construída por meio de estudo, reflexão e organização coletiva. Em conjunto, essas sequências demonstram que *A Marcha* articula experiências individuais e processos históricos para interpretar as tensões da sociedade estadunidense durante o Movimento dos Direitos Civis.

3.1 A mobilidade sob a segregação racial



A sequência analisada apresenta uma viagem de automóvel realizada pelo ainda garoto John Lewis e seu tio Otis, utilizando acontecimentos cotidianos para demonstrar como a segregação racial atuava como um elemento estruturante da vida social. Nesta sequência, a articulação narrativa materializa as barreiras impostas pelo sistema segregacionista, conduzindo o leitor a perceber que a restrição da mobilidade não era um conflito isolado, mas uma engrenagem estruturante da ordem vigente.

A narrativa em primeira pessoa estabelece o tom da jornada quando afirma que não haveria restaurante onde os personagens pudessem parar até estarem bem longe do Sul. A composição visual elaborada por Nate Powell amplia esse sentido ao utilizar o chiaroscuro para acentuar a atmosfera de vigilância constante. As sombras densas que ocupam o interior do veículo contrastam com a claridade externa, sugerindo que o carro opera, simultaneamente, como um refúgio precário e uma zona de confinamento em território hostil. As expressões de tensão e o suor que escorre pelos rostos de John Lewis e Otis não constituem meros detalhes figurativos, mas elementos que materializam o medo e a apreensão vivenciados pelos personagens. De acordo com a perspectiva de Viana (2018), esse modo de representação assume um caráter crítico ao mobilizar o traço para questionar a aparente naturalidade da ordem segregacionista, transformando a viagem em uma experiência narrativa das restrições impostas pela segregação racial.

O desenvolvimento da sequência deixa claro que Otis já conhecia aquele trajeto e isso evidencia que o medo ali representado não era um temor abstrato do desconhecido, mas a consciência de uma ameaça real e iminente. Powell intensifica essa tensão por meio de enquadramentos em planos fechados e quadros reduzidos que comprimem a ação para acelerar o ritmo da leitura e mimetizar a ansiedade da travessia. Nesse cenário, cada parada exigia um planejamento meticuloso, o que transformava atos cotidianos, como abastecer o veículo ou utilizar o sanitário, em fontes de preocupação extrema pela negação sistemática de serviços baseada na cor da pele. Assim, a imagem do mapa adquire uma nova dimensão ao deixar de ser um guia geográfico para tornar-se um instrumento de sobrevivência voltado a orientar paradas seguras e evitar a violência. Essa urgência é graficamente reiterada pelas linhas de poeira deixadas pelo carro e indica que qualquer interrupção na jornada representava um momento crítico de tensão.

Na sequência o locutor reforça que certas paradas não eram seguras para as “pessoas de cor”, evidenciando como a segregação negava o direito fundamental à liberdade, valor este central para o ideal nacional estadunidense. A atmosfera opressiva é reforçada pela presença de dois personagens brancos,

A sequência da página 77 marca uma mudança significativa na organização narrativa de *A Marcha*. Se na sequência anterior se concentra na representação das restrições impostas pela segregação racial e suas implicações institucionais, esta desloca o foco para os processos de formação política que antecedem uma ação coletiva. Em vez de apresentar diretamente manifestações ou confrontos públicos, a narrativa acompanha um momento de aprendizagem conduzido por Jim Lawson, evidenciando que a mobilização política resulta de um processo contínuo de elaboração, reflexão e preparação.

Por meio do modo de retratar desenvolvido por Powell, acompanhamos as discussões conduzidas por Lawson e as reações dos estudantes em uma dinâmica na qual o leitor testemunha o processo pelo qual a não violência adquire um sentido prático e estratégico na formação dos sujeitos políticos. O uso estratégico da iluminação concentra a atenção nas expressões faciais dos estudantes em primeiros planos de profunda concentração, enquanto a luz parece emanar do centro do debate conduzido por Jim Lawson. Desse modo, a estratégia de resistência não violenta não é retratada como uma reação instintiva ou uma característica inata dos manifestantes, mas como um conhecimento compartilhado e construído coletivamente.

Essa construção narrativa produz um efeito importante sobre a compreensão da ação política. Em lugar de representar os protagonistas como sujeitos naturalmente preparados para enfrentar a segregação, *A Marcha* evidencia que a atuação coletiva pressupõe estudo, treinamento e reflexão sobre a realidade social. A sucessão dos quadros organiza essa experiência de aprendizagem de maneira gradual, permitindo que a formação política seja compreendida como condição necessária para a ação, e não como um elemento secundário da narrativa.

Sob a perspectiva de Stein (2021), a força desta sequência reside na remediação do processo educativo como experiência sensível. A alternância entre diálogos densos, que explicam como a não violência adquire um sentido prático e estratégico para a luta, expressões faciais de profunda concentração e momentos de silêncio produz um ritmo narrativo que insere o leitor na gravidade daquela formação. O conhecimento não se constrói apenas pelo conteúdo dos balões, mas também pela organização dos elementos visuais, que representam o peso da responsabilidade assumida pelos participantes e transformam o registro histórico em uma vivência narrativa da preparação para o conflito.

A formação conduzida por Jim Lawson representa o momento em que os princípios ideários do americanismo deixam de ser apenas um discurso nacional hegemônico para orientar uma prática concreta de resistência. Na

narrativa, esses valores são ressignificados como objetivos de uma luta política organizada, desafiando a estrutura de exclusão através da agência coletiva.

Essa sequência constitui, portanto, um ponto de inflexão na narrativa. Depois de representar as limitações impostas pela segregação às experiências cotidianas e ao funcionamento das instituições, *A Marcha* passa a evidenciar a construção dos sujeitos políticos que responderão a essas mesmas contradições. A narrativa desloca a atenção das estruturas de opressão para os processos de organização coletiva, preparando o leitor para compreender as mobilizações que serão representadas nas páginas seguintes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou compreender como *A Marcha* constrói narrativamente as tensões sociais e políticas da sociedade estadunidense durante o Movimento dos Direitos Civis. Partindo da articulação entre o conceito de americanismo, desenvolvido por Andreotti, e as reflexões de Stein sobre a narrativa gráfica de não ficção, a investigação concentrou-se na maneira como texto, imagem e sequência narrativa produzem uma interpretação das contradições entre o imaginário nacional estadunidense e a experiência histórica da população negra durante a segregação racial.

As análises desenvolvidas permitiram demonstrar que a representação dessas tensões não decorre exclusivamente dos acontecimentos históricos selecionados pela obra. Seu principal efeito de sentido resulta da organização narrativa construída ao longo das sequências analisadas. Ao privilegiar experiências cotidianas e processos de formação política, *A Marcha* desloca a atenção dos grandes acontecimentos para as condições sociais que lhes conferem significado histórico. A narrativa aproxima continuamente experiências individuais e processos coletivos, produzindo uma leitura da segregação racial que ultrapassa a simples reconstituição cronológica dos fatos.

Nesse processo, o conceito de americanismo mostrou-se particularmente produtivo para compreender as tensões que atravessam a narrativa. Liberdade, democracia, igualdade e cidadania aparecem na obra não como princípios plenamente realizados, mas como valores permanentemente tensionados pela experiência histórica da população negra. A narrativa evidencia que esses ideais constituem objeto de disputa política, sendo continuamente reivindicados pelos sujeitos que permaneciam excluídos de seu exercício pleno. Sob essa perspectiva, *A Marcha* representa o Movimento dos Direitos Civis não apenas como uma luta contra a segregação racial, mas também como uma disputa em torno dos significados atribuídos à própria

identidade nacional estadunidense.

Ao mesmo tempo, a perspectiva de Stein permitiu compreender que essa interpretação é inseparável da linguagem da narrativa gráfica. A articulação entre texto, imagem e sequência narrativa não desempenha uma função meramente ilustrativa, mas constitui o próprio procedimento por meio do qual a obra organiza sua leitura da experiência histórica. A narrativa gráfica deixa de operar como suporte para acontecimentos previamente conhecidos e passa a produzir formas específicas de interpretação do passado, evidenciando o potencial dessa linguagem para representar processos históricos complexos.

A principal contribuição deste estudo consiste em deslocar a leitura de *A Marcha* da dimensão predominantemente autobiográfica para a análise de sua construção narrativa. Sem desconsiderar a importância do testemunho de John Lewis, o artigo demonstrou que a força interpretativa da obra reside na maneira como sua organização narrativa articula experiências individuais, práticas sociais, instituições e mobilização coletiva para construir uma representação das tensões da sociedade estadunidense. A narrativa gráfica revela-se, assim, não apenas como um meio de registrar acontecimentos históricos, mas como uma forma de elaborar interpretações sobre eles.

Os resultados aqui apresentados não esgotam as possibilidades de leitura da trilogia. A ampliação da análise para os demais volumes de *A Marcha*, bem como o diálogo com outras narrativas gráficas dedicadas aos direitos civis e às relações raciais, poderá aprofundar a compreensão das estratégias narrativas mobilizadas por esse gênero. Ainda assim, as sequências analisadas evidenciam que a linguagem dos quadrinhos oferece instrumentos próprios para representar experiências históricas e produzir interpretações sobre elas, reafirmando a relevância da narrativa gráfica como objeto de investigação nos estudos literários.

REFERÊNCIAS

- ANDREOTTI, Bruno Leonardo Ramos. **Verdade e justiça**: americanismo e fascismo nas histórias do Superman. 2023. 229 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2023.
- CHUTE, Hillary. **Disaster Drawn**: Visual Witness, Comics, and Documentary Form. Cambridge: Harvard University Press, 2016.
- GARDNER, Jared. **Projections**: Comics and the History of Twenty-First-Century Storytelling. Stanford: Stanford University Press, 2012.
- GLASER, Jennifer. The Civil Rights Movement in Graphic Narratives. In: BECHER, Anne; SANDRONE, Michael (org.). **The Routledge Companion to Comics**. New York: Routledge, 2016. p. 327-339.

HATFIELD, Charles. **Alternative Comics: An Emerging Literature**. Jackson: University Press of Mississippi, 2005.

LEWIS, John; AYDIN, Andrew; POWELL, Nate. **A Marcha: livro 1**. Tradução de Anne Quiroga. São Paulo: Nemo, 2013.

McCLOUD, Scott. **Desvendando os Quadrinhos**. São Paulo: Makron Books, 1995.

STEIN, Daniel. Lessons in graphic nonfiction: John Lewis, Andrew Aydin, and Nate Powell's *March* trilogy and Civil Rights pedagogy. **Journal of American Studies**, Cambridge, v. 55, n. 3, p. 620-656, 2021. DOI: 10.1017/S0021875820001463.

VIANA, Nildo. Análise pictórica, modos de ver e modos de retratar. In: REBLIN, Iuri Andréas; NOGUEIRA, Natania Aparecida da Silva (org.). **Arte sequencial e suas sarjetas metodológicas**. Leopoldina: Aspás, 2018. p. 75-113.

WALSH, Richard. The Rhetoric of Fictionality in Graphic Non-Fiction. **Narrative**, v. 23, n. 1, p. 70-89, 2015. DOI: 10.1353/nar.2015.0003.

WHITSON, Kristopher. **American Comics and the Myth of the Frontier**. New York: Bloomsbury Academic, 2020.

EDUCAÇÃO LINGUÍSTICA E LETRAMENTO: UMA ANÁLISE DO ACERVO MARIA DA GLÓRIA SÁ ROSA

Mariana Freitas Cisneiros (UEMS)

mfreitascisneiros@gmail.com

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar o Acervo Maria da Glória Sá Rosa dedicado à professora, escritora e a gente cultural Maria da Glória Sá Rosa, como um espaço que contribui para a educação linguística dos alunos da educação básica, considerando sua inserção na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), instituição pública que dialoga com a comunidade externa. O estudo fundamenta-se nos conceitos de letramento e letramento literário sob à ótica de Soares (2009), Silva; Pereira (2013), Travaglia (2017) e Bagno; Rangel (2005), compreendidos como práticas sociais de leitura e escrita que ultrapassam a mera alfabetização. A metodologia adotada é de natureza qualitativa, articulando os conceitos teóricos com base na observação das visitas guiadas ao Acervo e na análise das atividades desenvolvidas com grupos escolares, especificamente com os do Ensino Médio, grau escolhido para análise neste trabalho. Os resultados indicam que o contato dos estudantes com o patrimônio literário, histórico e cultural presente no Acervo favorece o desenvolvimento de práticas de leitura, amplia o repertório linguístico e contribui para a formação de leitores críticos. Conclui-se que o Acervo Maria da Glória Sá Rosa configura-se como um espaço interdisciplinar relevante para a promoção da educação linguística e do letramento literário no âmbito escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Educação linguística; Letramento; Letramento literário; Acervo Maria da Glória Sá Rosa.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar o Acervo Maria da Glória Sá Rosa como um espaço que contribui para a educação linguística e para as práticas de letramento literário e linguístico de estudantes da Educação Básica. O Acervo está instituído na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), em Campo Grande, em uma instituição pública que estabelece diálogo com a comunidade externa, especialmente com alunos do Ensino

Fundamental e Médio, muitos deles futuros ingressantes no meio acadêmico.

Trata-se de um espaço interdisciplinar que reúne fontes e arquivos históricos relacionados à memória cultural de Mato Grosso do Sul, permitindo o contato direto dos estudantes com a literatura, a história, as artes e a produção cultural regional. Nesse sentido, o Acervo configura-se como um ambiente formativo que amplia o repertório dos alunos, favorece a construção de sentidos, o desenvolvimento da leitura e o reconhecimento da importância do patrimônio literário e cultural.

A fundamentação teórica desta pesquisa se ampara nos estudos sobre a Educação linguística (Travaglia, 2017; Bagno; Rangel, 2005) e Letramento (Silva; Pereira, 2013). A metodologia é de caráter qualitativo e bibliográfico, mediante a leitura das obras que fazem parte do referencial teórico e a análise das visitas guiadas dos estudantes ao Acervo feitas pela autora.

A relevância deste estudo justifica-se no âmbito da universidade por investigar um espaço que articula ensino, pesquisa e extensão, além de valorizar os acervos pessoais de personalidades de destaque como fontes para a formação de leitores e para o desenvolvimento crítico dos estudantes. Ao analisar o Acervo Maria da Glória Sá Rosa, este trabalho busca contribuir com as pesquisas voltadas à Educação Linguística, ao letramento literário e à preservação da memória cultural sul-mato-grossense.

1. DIALOGO ENTRE A EDUCAÇÃO LINGUÍSTICA E LETRAMENTO

No campo dos estudos sobre a Sociolinguística, diversos autores têm se dedicado a discutir a relação entre língua e sociedade e seus desdobramentos em diferentes vertentes. Neste trabalho, interessam-nos os estudos sobre Educação linguística (Travaglia, 2017; Bagno; Rangel, 2005), letramento (Soares, 2009; Silva; Pereira, 2013), entre outros, que serão articulados no decorrer do texto. No entanto, antes de elucidar tais ideias, convém refletirmos brevemente a respeito de certas questões essenciais: a linguagem e a língua.

Nós somos seres de linguagem: por ela existimos, interpretamos e interagimos com o mundo. De acordo com a concepção bakhtiniana, a linguagem é um fenômeno histórico e social (Bakhtin, 2016), essencialmente dialógica, inerente e indissociável do sujeito; que não existe no vácuo, mas nas interações sociais em que os indivíduos se comunicam, constroem e (re) produzem sentidos em conjunto, e fazem isso por meio da língua nacional para a materialização de seus enunciados. É importante pontuar que aqui refiro-me à língua não como uma convenção abstrata, estática ou um sistema

de códigos – proposto pela Linguística estruturalista do século XX, mas como uma realidade sócio-histórica viva, em constante transformação, que se ajusta às necessidades dos falantes.

Trata-se de uma concepção fundamentalmente dialógica, na qual se entrecruzam vozes oriundas da história e dos diferentes campos sociais. Desse modo, a língua se manifesta de forma concreta e dinâmica nos enunciados, pois, conforme Bakhtin (2016, p. 16-17), “[...] a língua passa a integrar a vida através de enunciados concretos (que a realizam); é igualmente através de enunciados concretos que a vida entra na língua”, e é esta língua que aqui nos interessa, portanto. Nas palavras de Travaglia (2017, p. 14):

Em primeiro lugar, deve-se lembrar que a linguagem dá forma a nosso mundo e a nossa vida sociocultural e ao mesmo tempo reflete como e por que as pessoas de uma sociedade e cultura se relacionam, como veem o mundo etc. Isto quer dizer que aquilo em que acreditamos, o que aceitamos, o que recusamos, nossos preconceitos, nossos sonhos, ideais e ideias, nossas relações, o que vemos ou deixamos de ver em nosso mundo empírico e social etc. é tudo enformado pela linguagem, sobretudo pela língua, ao mesmo tempo que tudo isto também dá forma à língua, atuando na constituição de suas regularidades que permitem a comunicação. Assim sendo, parece óbvio que mover-se nessa sociedade de maneira adequada, implica saber perceber como tudo o que constitui esta sociedade e sua cultura é simbolizado e significado na língua.

Dessa maneira, a língua está intimamente associada à linguagem e à cultura, pois é por meio desse entrelaçamento que o sujeito dispõe dos signos linguísticos e os mobiliza em suas interações comunicativas. Assim, o cerne dessa discussão está na articulação dos recursos da língua pelo falante: como ele a utiliza em diferentes contextos, se esse uso é pleno, se produz os efeitos de sentido desejados no que pretende dizer, entre outros aspectos. Em relação a isso, Travaglia (2017) discute essa temática ao se referir ao ensino de Língua Portuguesa na escola. O autor propõe a ideia de que o ensino de gramática está diretamente atrelado à qualidade de vida do usuário da língua, ao refletir que:

Acreditamos que tal ensino só pode ter como fim principal e fundamental o desenvolvimento da competência comunicativa já adquirida pelo falante, entendendo-se este desenvolvimento como o possibilitar ao falante utilizar cada vez um maior número de recursos da língua de forma adequada a cada situação de interação comunicativa (Travaglia, 2017, p. 14).

À vista disso, importa evidenciar que as discussões em torno do ensino de gramática na disciplina de Língua Portuguesa, nas escolas, foram frequentemente pautadas na repetição e na memorização de regras gramaticais, sem a devida contextualização para seu uso efetivo. Além disso, há fatores sociais, como a diferença de classe: pessoas economicamente desfavorecidas tendem a possuir um repertório cultural e linguístico mais restrito, o que pode resultar em um déficit linguístico (Soares, 1989). Nesse cenário, a dicotomia entre “falar certo” e “falar errado”, oriunda da estigmatização da norma culta e da norma padrão, contribui para a manifestação do preconceito linguístico (Bago, 2003). Contudo, sob o ponto de vista de Travaglia:

[...] [É preciso] se entender a gramática não como teoria linguística, mas como o conjunto de conhecimentos linguísticos que um usuário da língua tem internalizados para uso efetivo em situações concretas de interação comunicativa, então, sem dúvida, a gramática tem tudo a ver com a qualidade de vida, pois quanto mais recursos, mecanismos, estratégias da língua o usuário dominar, melhor desempenho linguístico terá. Como já expusemos, as condições de existência sociocultural são grandemente dependentes da língua; assim, quanto mais domínio dos recursos e mecanismos desta tiver, melhor a pessoa se movimentará dentro desta sociedade e, portanto, melhor qualidade de vida terá (Travaglia, 2017, p. 15).

Dessa forma, tendo em vista o bom desempenho linguístico do falante, que utilizará os recursos da língua a seu favor para cumprir seus objetivos em diferentes contextos de comunicação, é necessário que amplie

seus conhecimentos sobre sua língua materna, a linguagem e os demais signos semióticos. Adentramos, aqui, no campo da Educação linguística, portanto. Nas palavras de Bagno e Rangel (2005), entende-se por educação linguística:

[...] O conjunto de fatores socioculturais que, durante a existência de um indivíduo, lhe possibilitam adquirir, desenvolver e ampliar o conhecimento de/ sobre sua língua materna. de/sobre outras línguas, sobre a linguagem de um modo mais geral e sobre todos os demais sistemas semióticos. Desses saberes, evidentemente, também fazem parte as crenças, superstições, representações, mitos e preconceitos que circulam a sociedade em torno da língua/linguagem e que compõem o que se poderia chamar de *imaginário linguístico* ou, sob outra ótica, de *ideologia linguística*. Inclui-se na também na educação linguística o aprendizado das normas de *comportamento linguístico* que regem a vida dos diversos grupos sociais, cada vez mais amplos e variados, em que o indivíduo vai ser chamado a se inserir (Bagno; Rangel, 2005, p. 63).

Assim, a educação linguística constitui-se em um aspecto sociocultural que se inicia na vida de cada indivíduo desde os primeiros meses, em seu ambiente familiar, por meio da aprendizagem da língua materna e, progressivamente, de uma cultura de linguagem, de acordo com seu meio social (Bagno; Rangel, 2005). A educação linguística à qual nos deteremos é a institucionalizada, isto é, a da escola. A partir disso, Bagno e Rangel (2005) propõem algumas tarefas da educação linguística no contexto social brasileiro, as quais serão contextualizadas nesta seção e desenvolvidas na análise do objeto deste trabalho.

Segundo os autores, a relação entre língua e sociedade encontra-se em crise e revela “uma série de mal-entendidos” (Bagno; Rangel, 2005, p. 64). Para eles, embora as diferentes políticas de ensino e as inovações nas práticas pedagógicas apresentem iniciativas positivas e grandes reflexões teóricas, “[...] todo esse esforço político oficial de atender às demandas de educação linguística da sociedade é acompanhado, num ritmo muitíssimo mais lento, pelas instituições de ensino superior, ou seja, pelos cursos de Letras [...]” (Bagno; Rangel, 2005, p. 64). Além disso, a crítica se estende às atribuições

da Universidade, enquanto instituição pública (e também privada, porém, para fins metodológicos de análise, restringimo-nos às públicas), que possui responsabilidades tanto com a formação intelectual da comunidade acadêmica quanto da sociedade em geral:

Nas universidades públicas, dadas as condições de produção do trabalho acadêmico e do próprio conhecimento, a pesquisa desenvolvida não interfere, ou pouco interfere, nas áreas sociais mais amplas, incluída aí a escola (fundamental e média), que dela poderia se beneficiar de forma muito mais intensa e extensa. Nas próprias universidades, os debates e mesmo os resultados da pesquisa científica praticamente não ultrapassam o círculo restrito dos centros de investigações e das publicações especializadas, pouco numerosas e de distribuição deficiente (Bagno; Rangel, 2005, p. 65).

Ou seja, a problematização empreendida pelos autores centra-se na ausência de diálogo entre a universidade e a escola (fundamental e média), uma vez que os debates e as atividades permanecem restritos a um círculo de pesquisa. Mesmo no curso de Letras, as contribuições das investigações realizadas por professores raramente chegam à graduação de forma renovadora, permanecendo presas a postulados canônicos e a perspectivas teóricas pouco comprometidas com o uso real da linguagem.

Tal cenário compromete diretamente a formação dos futuros professores, que acabam tendo pouco acesso a abordagens contemporâneas da linguagem, da enunciação e do texto (Bagno; Rangel, 2005). Como consequência, tende-se à reprodução de práticas pedagógicas tradicionais, centradas no ensino mecânico da gramática normativa — incluindo também o campo da literatura —, perpetuando um modelo de ensino sobre a língua “regrada”, e não de reflexão a partir de seu uso social.

Atualmente, porém, existem programas que mediam a relação da comunidade externa, como a bolsa PIBEX, que:

[...] Visa incentivar estudantes de graduação
[...] a participarem das atividades de extensão universitária, com vistas a promover a formação cidadã, amparada na indissociabilidade entre

ensino, pesquisa e extensão; integração dialógica, da universidade com a sociedade, por meio da troca de conhecimentos e vivência nas questões complexas contemporâneas; interprofissionalidade e interdisciplinaridade como processo pedagógico, político educacional, cultural, científico e/ou tecnológico (Unifesp, 2025).

Essa ação, então, é uma forma de aproximar e integrar a universidade a sociedade, desenvolvendo e oferecendo atividades que aumentem essa relação. Em especial no que tange aos alunos das escolas, pois, afinal, são eles que estarão nesse ambiente futuramente, como futuros ingressantes de um curso superior. Nesse sentido, diante do que discutimos até aqui, a primeira tarefa de educação linguística que contemplaremos é o letramento, entendido:

[...] Como “estado ou condição de quem *não* só sabe ler e escrever, mas exerce as práticas sociais de leitura e de escrita que circulam na sociedade em que vive, conjugando-as como as práticas sociais de interação oral” (SOARES, 1999, p. 3, grifos da autora) [...]. (p. 69) Trata-se, efetivamente, de uma concepção de práticas de leitura/escrita que ultrapassa o conceito, mais restrito e mais convencional, de *alfabetização*. Nesse sentido, letrar não é simplesmente ensinar a ler e a escrever”, mas criar condições para que o indivíduo ou o grupo possa exercer a leitura e a escrita de maneira a se inserir do modo mais pleno e participativo na sociedade tipicamente letrada que é nossa, especialmente no que diz respeito aos espaços mais institucionalizados do convívio republicano (Bagno; Rangel, 2005, p. 69).

Sob a mesma ótica, Soares (1999), refere-se ao letramento como o estado ou condição do sujeito que, para além de saber decodificar a língua escrita, participa efetivamente das práticas sociais de leitura e escrita em circulação na sociedade, articulando-as, inclusive, às práticas de interação oral. Nessa perspectiva, o letramento implica o uso social da leitura e da escrita em diferentes contextos e finalidades, envolvendo valores, funções e significados atribuídos a essas práticas no cotidiano.

Em consonância com essa compreensão, Bagno e Rangel (2005) enfatizam que letrar não se limita a ensinar a ler e a escrever, mas pressupõe criar condições para que o indivíduo ou o grupo possa exercer a leitura e a escrita de forma plena, crítica e participativa, inserindo-se de maneira efetiva na sociedade letrada, especialmente nos espaços mais institucionalizados da vida social.

Assim, o letramento configura-se como um processo formativo amplo, que envolve dimensões linguísticas, culturais, sociais e políticas, essenciais para a constituição do sujeito enquanto participante ativo da vida em sociedade.

Com base nessa contextualização sobre a relação de língua e sociedade no campo da sociolinguística, voltada à educação linguística e ao letramento, analisaremos a seguir o corpus proposto, constituído por um espaço que contribui para as tarefas da educação linguística.

2. O ACERVO MARIA DA GLÓRIA SÁ ROSA E SUA IMPORTÂNCIA PARA O LETRAMENTO

O Acervo Maria da Glória Sá Rosa é dedicado à professora Maria da Glória Sá Rosa (1927-2016), personalidade de grande relevância no cenário cultural de Mato Grosso do Sul. Nascida na cidade de Mombaca, no Ceará, mudou-se para Campo Grande com a família na infância e, entre idas e vindas ao estudar por um tempo fora do estado, foi em Campo Grande que construiu sua carreira, constituiu sua família e que permaneceu até o fim de sua vida.

Maria da Glória participou ativamente de momentos fundamentais da história do Estado, especialmente após a divisão territorial em 1977, quando se tornou a primeira Secretária de Estado de Cultura. Esteve envolvida na fundação de importantes instituições, como a Aliança Francesa de Campo Grande e a Faculdade Dom Aquino de Filosofia, Ciências e Letras (FADAFI). Grande incentivadora da cultura, promoveu diversos festivais de música, além de realizar inúmeros eventos de caráter teatral e artístico. Dentre seus títulos e feitos, destaca-se sua vasta produção literária, composta por biografias sobre expressões artísticas regionais, contos, ensaios, materiais didáticos e crônicas, publicados frequentemente no jornal *Correio do Estado*.

Desse modo, visando à preservação da memória de Glorinha, em razão de sua expressiva atuação e contribuição para a constituição da identidade e da memória cultural de Mato Grosso do Sul, sua coleção particular foi doada

pela família após seu falecimento e recolhida por professores dos cursos de Letras da UEMS. Em 2019, na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, unidade de Campo Grande, foi inaugurado o Acervo Maria da Glória Sá Rosa (doravante, Acervo), destinado à conservação desse conjunto documental. Atualmente, o Acervo abriga a coleção de Glorinha, caracterizada por materiais impressos de diversos suportes, documentos audiovisuais e objetos diversos.

Sendo assim, o Acervo constitui-se como um lugar de memória (Nora, 1993), pois abriga documentos que remetem tanto à memória individual de Glorinha quanto à memória histórica do estado de Mato Grosso do Sul e de sua capital, Campo Grande. Nesse espaço, realizam-se encontros de grupos de pesquisa, visitas de grupos escolares da Educação Básica e de universidades, além de outros eventos relacionados ao Acervo e às temáticas afins aos seus objetivos. Em razão disso, a proposta deste trabalho é analisar o papel do Acervo Maria da Glória Sá Rosa como instrumento de contribuição para a educação linguística no âmbito da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul para os alunos do ensino básico (Fundamental e Médio) das escolas de Campo Grande que visitam o espaço, bem como aos próprios universitários, entre eles, os do curso de Letras e de outras áreas.

As visitas guiadas ao Acervo ocorrem, frequentemente, das seguintes formas: (1) mediante agendamento prévio realizado pelo e-mail disponível no site do Acervo (www.acervomariadagloria.com.br) ou por meio da rede social *Instagram*, pela pessoa ou grupo interessado; (2) em eventos organizados pela própria Universidade, que envolvem a mostra de cursos aos alunos, incluindo visitas aos demais laboratórios; (3) por meio de visitas organizadas por professores do curso de Letras que possuam projetos — de ensino, pesquisa ou extensão — vinculados ao Acervo ou não, com interesse em levar turmas de escolas ao espaço; e (4) por meio do estágio obrigatório realizado por discentes do curso de Letras (bacharelado), que envolve a interação do Acervo com a comunidade.

O grupo de pesquisa do Acervo, liderado pela Profa. Dra. Aline Saddy Chaves, docente do curso de Letras da UEMS, em conjunto com outros professores colaboradores e alunos orientandos do Mestrado Acadêmico (PP-GLetras/UEMS), do Mestrado Profissional (PROFLETRAS/UEMS) e da Iniciação Científica (PIBIC), atua nas atividades do Acervo, recebendo visitas guiadas e organizando eventos científicos, como o Colóquio Acervo Maria da

Glória Sá Rosa, que já se encontra em sua terceira edição.

Diante disso, as visitas apresentam diferentes caracteres, a depender do público atendido. A título de exemplo, quando há uma demanda específica de natureza científica — como nos casos de pesquisadores, artistas ou pessoas interessadas na história da arte de Mato Grosso do Sul —, em razão do expressivo acervo de arquivos relacionados a essa temática, a visita é centrada nesse aspecto. Nesses casos, os pesquisadores responsáveis acessam o material necessário para que a visita seja produtiva. Neste trabalho, contudo, o recorte se limita aos grupos escolares de adolescentes. Ainda assim, embora haja diferentes públicos, o Acervo é apresentado de uma forma previamente estabelecida, sendo organizado em três partes:

- Espaço da Memória, que busca reproduzir a biblioteca pessoal da escritora, com itens de seu apartamento, como a porta esculpida pelo artista plástico Ilton Silva, filho da escultora Conceição dos Bugres, na qual se retrata *As paraguaias*; além de objetos de arte, lustres e luminárias de formas variadas; o conjunto de escritório, composto por mesa, cadeira, computador e estante restaurada; bem como os diversos títulos e honrarias recebidos por Maria da Glória, entre os quais se destacam: membro fundadora da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, título de doutora honoris causa pela UFMS e UCDB, e a Ordem no Grau de Comendador, entre outros.

- Midiateca, composta por fitas VHS, DVDs, fitas cassete de diferentes gêneros musicais e em diversas línguas, além de documentários e gravações de personalidades e músicos regionais, como Tetê Espíndola, Humberto Espíndola e Almir Sater.

- Biblioteca, que abriga mais de 1.000 obras, entre títulos nacionais e internacionais, em diversos idiomas, além de enciclopédias, dicionários, obras raras, revistas de variadas temáticas, histórias em quadrinhos, entre outros materiais.

Abaixo anexamos duas fotos tiradas em dois dias diferentes de visitas guiadas¹: a primeira (Figura 1) é uma visita organizada pela UEMS em uma amostra de curso, contemplada no evento *UEMS para você*, realizado dia 30 de setembro de 2025. Na segunda, a visita guiada foi organizada pelos alunos do curso de Letras bacharelado a fim de cumprir com um dos objetivos do

1 - Ambas as visitas foram orientadas e acompanhadas pela autora Mariana Freitas Cisneiros.

estágio obrigatório no ano de 2024.

Figura 1 – Visita Guiada com um grupo escolar na amostra de curso do evento UEMS para você



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Figura 2 – Visita com os alunos da Escola Estadual Maria Constança Barros Machado



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Desse modo, considerando essa breve exposição, o Acervo constitui-se como um espaço que colabora de forma significativa para o desenvolvimento sociocultural dos estudantes, por meio de práticas de letramento(s), tanto no campo literário quanto no linguístico. Tal perspectiva se mostra legítima, uma vez que, “faz parte da educação linguística o acesso pleno e frutífero ao patrimônio literário de uma nação e de um idioma” (Bagno; Rangel, 2007, p. 76). Nesse sentido, o Acervo configura-se como um importante espaço de preservação e difusão do patrimônio literário e cultural, na medida em que reúne materiais que permitem ao visitante reconhecer e ressignificar a produção intelectual, artística e histórica de Mato Grosso do Sul.

Assim, ao entrar em contato com os diferentes símbolos e signos semióticos presentes nesse espaço, o estudante passa a desenvolver processos de reconhecimento, interpretação e atribuição de sentidos, próprios das práticas de letramento. Por exemplo, quando, durante a visita, destaca-se a trajetória pública de Glorinha como figura relevante para a Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, o aluno é instigado a observar o vocabulário utilizado — muitas vezes característico do meio acadêmico e pouco recorrente em seu cotidiano —, além de compreender a importância dessa instituição para a cultura do estado.

Do mesmo modo, amplia-se o conhecimento sobre os escritores regionais que contribuíram para a formação da literatura sul-mato-grossense, bem como sobre outras áreas contempladas no Acervo, como a música regional, as artes plásticas, o turismo e demais manifestações culturais. Desse modo, tais simbologias passam a adquirir novos sentidos para o estudante, favorecendo a construção de saberes que ultrapassam o espaço escolar e se articulam às práticas sociais de uso da linguagem.

Dessa maneira, as atividades organizadas no Acervo buscam:

Desenvolver a competência discursiva do aluno; criar condições de aprendizagem e de socialização a partir do contato direto com a literatura e seus diversos promotores; oferecer ao leitor uma gama variada de possibilidades de interação com os agentes institucionais de ensino; desenvolver a capacidade plena de comunicação escrita, estimulando o conhecimento de culturas variadas, a partir do contato

com o mundo imaginário da literatura; valorizar a recente produção literária, resgatando a consciência integradora das manifestações interculturais; enfim, considerar a literatura como área articuladora de aspectos diversos do conhecimento, promovendo a interdisciplinaridade, são alguns dos propósitos que uma política de promoção da leitura consciente e socialmente responsável deve buscar atingir por meio do letramento literário (Silva; Pereira, 2013, p. 188).

Conforme afirmam Silva e Pereira (2013, p. 188), uma política de promoção da leitura socialmente responsável deve estimular a capacidade plena de comunicação escrita, valorizar a produção literária, favorecer o contato com diferentes culturas por meio do universo imaginário da literatura e considerar a literatura como área articuladora de distintos campos do conhecimento, promovendo a interdisciplinaridade. Nesse sentido, as práticas desenvolvidas no Acervo possibilitam ao aluno não apenas o acesso aos textos literários, mas também a vivência da leitura como prática social, crítica e culturalmente situada, o que contribui para a formação de leitores mais autônomos, sensíveis e reflexivos.

À luz do que defendem Silva e Pereira (2013), compreende-se que o letramento literário ultrapassa a dimensão restrita da sala de aula e se constitui como uma política ampla, que envolve múltiplos agentes, instituições e práticas sociais em torno do livro, da leitura e da formação do leitor.

Particularmente no âmbito do Ensino Fundamental e Médio, uma política de incentivo e promoção da leitura deve, antes de tudo, levar em consideração um amplo processo de letramento literário, que envolva desde os mediadores de leitura e instâncias educacionais até instituições diretamente relacionadas ao livro, como bibliotecas e editoras. Enfim, uma política que envolva os vários agentes de produção, promoção e veiculação da literatura. Incentivar o hábito de leitura e promover o texto literário como centro integrador de conhecimentos diversos torna-se, assim, uma maneira de reconfigurar a prática da leitura, a partir do conceito nuclear, aqui aludido, de letramento literário, que passa a atuar, então, como instrumento de desenvolvimento da leitura na escola, além de ampliar as possibilidades do emprego da escrita e

a capacidade crítica do aluno diante da sociedade em que se insere (Silva; Pereira, 2013, p. 185).

Nesse sentido, a promoção da leitura no Ensino Fundamental e Médio só se efetiva de modo significativo quando articulada a bibliotecas, projetos culturais, mediadores e espaços institucionais que possibilitem experiências concretas com o texto literário. Tal entendimento dialoga com a concepção de Educação Linguística que defende o acesso pleno e significativo ao patrimônio literário de uma nação e de um idioma como parte fundamental da formação do sujeito. Desse modo, incentivar o hábito de leitura e reconhecer a literatura como eixo integrador de diferentes saberes implica reconfigurar as práticas de ensino, deslocando-as de um modelo meramente instrumental para uma abordagem crítica, cultural e socialmente situada.

Assim, o letramento literário afirma-se como instrumento fundamental não apenas para o desenvolvimento da leitura na escola, mas também para a ampliação das possibilidades de uso da escrita e para a formação de sujeitos críticos, capazes de interpretar e intervir na realidade em que estão inseridos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo evidenciou a importância da educação linguística e do letramento como processos fundamentais para a formação de sujeitos críticos e socialmente participativos. A partir da análise do Acervo Maria da Glória Sá Rosa, foi possível compreender como espaços institucionais de memória e cultura podem contribuir de forma significativa para as práticas de leitura, escrita e construção de sentidos, especialmente junto aos estudantes da educação básica e do ensino superior.

Além disso, o trabalho reforça o papel da universidade enquanto instituição pública comprometida com a formação acadêmica e com a transformação social, sobretudo no fortalecimento do diálogo com as escolas. Iniciativas como as desenvolvidas no Acervo demonstram que a articulação entre universidade e comunidade escolar é um caminho potente para a promoção do letramento, da valorização da cultura regional e da democratização do acesso ao conhecimento.

REFERÊNCIAS

ACERVO MARIA DA GLÓRIA SÁ ROSA. Biografia. Disponível em: <<https://www.acervomariadagloria.com.br/biografia-de-maria-da-gloria-sa-ros/>> Acesso em: 20 nov. 2025.

BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. Paulo Bezerra (Organização, Tradução, Posfácio e Notas); Notas da edição russa: Serguei Botcharov. São Paulo: Editora 34, 2016. 164p

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico**. 24 ed. São Paulo: Loyola, 2003.

BAGNO, Marcos; RANGEL, Egon de Oliveira. Tarefas da educação linguística no Brasil. **Revista brasileira de linguística aplicada**, v. 5, p. 63-81, 2005. DOI <https://doi.org/10.1590/S1984-63982005000100004>

SILVA, Maurício; PEREIRA, Márcia Moreira. DA EDUCAÇÃO LINGÜÍSTICA AO LETRAMENTO LITERÁRIO: ALGUMAS DIRETRIZES METODOLÓGICAS ACERCA DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E DE LITERATURA. **Revista (Con) Textos Linguísticos**, v. 7, n. 9, p. 178-191, 2013

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. 128 p.

TRAVAGLIA, Luís Carlos. **Gramática: ensino plural**. São Paulo: Cortez, 2017.

UNIFESP. **Programa Institucional de Bolsas De Extensão**. Unifesp, 2025. Disponível em: <https://proreitoria.unifesp.br/proec/a-proec/coordenadorias-e-assessorias/coodenadoria-de-programas-e-projetos/pibex-propex#pibex-programa-institucional-de-bolsas-de-extensao-universitaria-da-unifesp> . Acesso em: 02 nov 2025.

ENTRE EGOÍSMO E SOLIDÃO: RELEITURAS POSSÍVEIS NO TEXTO DE ORIGEM EM GÊNESIS 2.18

Marcelo Moura da Silva (UEMS)

mouramacae2005@gmail.com

RESUMO

A segunda narrativa exemplar sobre a criação divina do ser humano é, sem dúvida, a mais conhecida e a mais usada, literariamente, ao longo da história. Nesta, Adão e Eva são nomeados (3.17,20) como o casal primordial criado pelo Deus Único, um dedicado e delicado escultor que os formou, fazendo-os do humus (com as mãos) e com poder de soprar o espírito de vida, no fértil corpo terreno. Em um segundo momento, o Deus Javé, interferindo no corpo masculino, criou de um, outro igual, um sinal de que o corpo criado é também gerador de igual identidade e de idêntico poder de vida (2.21-22), distinguido apenas em gênero. Gênesis 2.18 traz uma motivação divina para a criação da mulher. Acaso seria a motivação divina para a solidão masculina? Ou seria possível que a motivação divina estava mais ligada a insensibilidade de pensar em outro? O estudo pretende avaliar a expressão hebraica traduzida (consagrada e historicamente) como “que esteja só” para verificar outros sentidos e a proposição de novas aplicações.

Palavras-chave: Gênesis. Textos religiosos. Análise linguística.

INTRODUÇÃO

O processo de tradução está imerso na arte da interpretação. Indissociavelmente, o tradutor faz interpretação do fato comunicado com palavras e visão de mundo diferentes dos de sua cultura, escolhendo a melhor maneira e os melhores termos que podem comunicar a mensagem com clareza e a aproximada intencionalidade da fonte.

O presente trabalho propõe estudo avaliativo sobre a tradução e, por conseguinte, sobre os sentidos de um texto antigo da Bíblia. Este foi composto dentro de uma narrativa, de gênero mítico, como registro imemorial-exemplar-paradigmático. Os seus conteúdos podem ser encontrados, direta ou indiretamente, em várias obras na literatura ocidental. Por se tratar de narrativa de origem oferece sentidos antropológicos, comunicando motivos, motivações e necessidades humanas que podem influenciar a identidade e a

maneira de ver e viver a vida. No caso específico de textos bíblicos, além dos sentidos antropológicos, há o sentido sagrado: uma revelação de uma verdade divina sobre a natureza humana. Por isso, o cuidado com a tradução ou com a sua revisão deve ser redobrado, pois sabe que tal revisão da tradução pode provocar transformações que podem retirar o crédito, especialmente para os leitores que compreendem essa fonte da fé, como revelação divina. Logo:

No momento em que o teórico da literatura estuda uma tradução, ele está de certo modo violando a lei da não-traduzibilidade das traduções, formulado por Benjamim (BENJAMIM 1972a:20); ele está fazendo a tradução da tradução. [...] Na medida que põe uma tradução como um original, inverte a hierarquia tradicional, e permite que desse modo que se vislumbre o texto de chegada sob uma nova perspectiva. Assim o teórico da literatura entra no círculo da *Bildung* – que envolve a tradução como um dos eixos que coordenam o movimento de saída e volta à cultura – na medida em que ele reativa e desdobra o ciclo da autorreflexão. (SELIGMANN-SILVA, 2005. p.180)

Assim, o empreendimento desse trabalho admite conscientemente a difícil tarefa de traduzir a tradução, ou mesmo a possível inversão de sua proposição conhecida e aceita ao longo de uma história secular de traduções e revisões, bem como, admitindo uma reflexão com novas possibilidades interpretativas, sabendo correr o risco de certo anacronismo.

A tradução de textos bíblicos segue uma lógica para se aproximar da literatura e idiomas tão antigos: considera as traduções, historicamente mais próximas, como fontes mais confiáveis por causa de sua proximidade cultural e temporal para dirimir dúvidas quanto a tradução do texto. Por admitir esse critério, as traduções de textos em hebraico, em muitos casos, foram mais influenciadas pela Septuaginta (a primeira tradução dos textos hebraicos para o grego – nos dias de Alexandre- o grande – século IV a.C.) e pela Vulgata Latina (a segunda tradução da Bíblia mais reconhecida, já na era cristã – século IV d.C.). Em muitos casos, os tradutores da Bíblia tinham mais condições de trabalhar com o texto grego e, mais tardiamente, também com o Latim do que propriamente com o texto hebraico. Portanto, em alguns casos, mais

que preocupar-se com a tradução formal do hebraico pode ter-se dado maior atenção às traduções que ao próprio registro em seu idioma de origem.

O processo de tradução dos textos bíblicos para a língua portuguesa seguiu normas de correspondência formal (podendo ser de natureza literal ou literal modificada); ou normas idiomáticas (podendo optar pela comunicabilidade gramatical mais acessível, respeitando a organização textual e fraseológica; ou mesmo optando por uma liberdade em busca do sentido, sem se importar com a organização textual, gramatical ou fraseológica do registro-fonte). Ao aproximar-se dos textos bíblicos, os tradutores fazem opções comunicativas para deixar, o mais claro possível, a mensagem registrada.

Nesse breve exercício de tradução, propõe-se uma avaliação de uma expressão hebraica, no livro de Gênesis capítulo 2, verso 18; contida na tradução, correções e atualizações da versão portuguesa realizada por João Ferreira de Almeida nos séculos 20 e 21, publicadas pela Sociedade Bíblica do Brasil e, além destas, também na tradução utilizada na HQ “Gênesis” de Robert Crumb. Nessa sentença específica, as traduções para o português mantiveram a ideia da solidão masculina como fonte e necessidade a ser suprida com a criação da mulher; quando, a expressão hebraica, pode indicar um sentido mais ampliado e mais perigoso para essa solidão.

1. TEXTOS EXEMPLARES E SUA COMUNICAÇÃO ANTROPOLÓGICA

O gênero literário mítico-exemplar conserva memórias antigas e sentidos para a vida humana. Por meio de revelações transcendentais se compreende a organização da existência e como o ser humano deve se relacionar com os sistemas e forças geradoras da vida. Nas narrativas exemplares encontram-se descrições das origens por meio de revelações naturais e sobrenaturais para a vida e suas vivências, como padrões que se perpetuam repetidamente.

As narrativas bíblicas de origem, além de tributar a criação do universo e do sistema de vida na terra, ao Único Deus, tem em sua segunda narrativa de criação (Gênesis 2.4b-3.24) um significativo foco na natureza do ser humano e suas complexidades. Dessa maneira, a narrativa mais poética da criação, explicita o Único Deus, fazendo céus e terra (2.4b), esculpindo do pó da terra, o homem (2.7a) e soprando-lhe fôlego de vida (2.7b); sendo em seguida premiado com a vida num lugar maravilhoso, paradisíaco: Éden (2.8-15); com uma única regra (lei) a seguir: abster-se de comer o fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal (2.16-17).

Como Milton Schwantes afirmou sobre o capítulo 2 de Gênesis (2002, p.111-113): A vida do ser humano tem três dimensões principais: primeira, a pessoa se realiza no convívio com a terra; segunda, a relação com os animais é de profunda ternura. Estes fazem parte da vida das pessoas; terceira, a mulher e o homem se complementam. A mulher é parte do homem (2.23) e o homem deixa a casa de seu pai e sua mãe e se integra ao mundo e à cultura da mulher. Trata-se, pois, de reciprocidade e de complementaridade. A narrativa descreve que, no paraíso a vida era completa e pacífica. As relações com a divindade, com os animais, com a terra e com a sua semelhante eram maravilhosamente complementares.

A narrativa de criação afirma que o homem (*'Adam'*) é naturalmente terreno, feito do pó da terra fértil (*'adamah'*), recebendo a vida pelo sopro divino; tendo como sua missão, no paradisiaco jardim, lavar e guardar o solo (2.15). Em meio a exuberante natureza (2.15b), a vida animal (2.20) e a convivência ética com Deus (2.16-17), o homem estava só (2.18a), até que, o Deus Criador decidiu fazer-lhe uma semelhante (2.18b). Após impor um pesado sono, Deus retirou parte de sua costela e, desse osso, formou a mulher (2.21-22): osso dos ossos, carne da carne (2.23b), uma idêntica, correspondente, ajudadora que lhe fosse recíproca, adequada (2.18b).

O estudo da expressão *l^obadô* traduzida, na maioria das vezes, por “só”, em Genesis 2.18; parece oferecer para Deus a motivação para a criação da mulher e as relações entre ambos. É essa a questão, que se pretende estudar, compreender e ampliar seu sentido numa revisitação da tradução dessa expressão.

Quando se estuda um texto exemplar há uma busca conceitual, originária, fundante para compreender a natureza, a essencialidade e o sentido das coisas. Há, portanto, nesse estudo a busca por um esclarecimento antropológico e, mais especificamente, sobre o homem: o ser humano de gênero masculino.

A leitura de textos exemplares, em tempos imemoriais, de natureza transcendente se relaciona com a busca de padrões naturais, permanentes que se repetem, em todo gênero humano. Como afirmou Sören Kierkegaard (KIERKEGAARD, 2011, p.30, 31, 32):

... o indivíduo é ele mesmo e o gênero humano” [...] “Todo e qualquer indivíduo é essencialmente interessado pela história de todos os outros, sim tão essencialmente como pela sua própria. A perfeição em si mesma consiste, pois, em participar completamente na totalidade” [...] “Adão é ao mesmo tempo

ele mesmo e o gênero humano” [...] “Aquilo que explica Adão explica o gênero humano e vice-versa”

Portanto, reler a narrativa de origem é encontrar-se em Adão todo homem: como aquele ser existente com suas inclinações, natureza, comportamentos, temperamentos, maneiras próprias de agir e reagir nas relações com a terra, a ética, a cultura e os seus semelhantes.

Para a realização dessa tarefa será necessário um estudo da expressão *l'badô*, no texto bíblico (Gênesis 2.18), conservado em hebraico, traduzido primeiramente para o grego, depois para o latim e, mais tardiamente, para o português.

2. AVALIAÇÃO DO USO E DA TRADUÇÃO DO TEXTO HEBRAICO PARA A EXPRESSÃO *l'badô* [ADb;l.], EM GÊNESIS 2.18:

A frase a ser estudada na narrativa como observação e motivação divina para a criação da mulher expressa, na tradução de João Ferreira de Almeida, uma necessidade masculina que Deus desejou suprir. Para isto, a narrativa usou a seguinte sentença (2.18b):

AD+b;l. ~d"pa'h'(tAyðh/ bAj±-al{

não é bom que o homem esteja só;

A primeira tradução do texto hebraico para o grego, a Septuaginta (LXX) encontra essa mesma ideia: ouv kalo.n ei=nai to.n a;nqrwpon mo,non [não é bom, não é apropriado estar o homem só, sozinho]. A tradução na Vulgata Latina (V) também parece reforçar a mesma ideia: *non est bonum esse hominem solum* [não é bom ser um homem sozinho], embora possa ser interpretado como a inadequação de uma vida solitária. Já a tradução e suas revisões para a língua portuguesa, segundo João Ferreira de Almeida, tanto na versão corrigida, como na atualizada, como na Nova Almeida conservou o mesmo sentido acima: “Não é bom que o homem esteja só”. Opção também verificada na HQ “Gênesis” de Robert Crumb (2009, p.17):



Portanto, se as traduções mais antigas e as mais novas preservaram esse sentido não seria mais prudente deixar como está posto? Pode ser que sim, e ainda, com pouco prejuízo de sentido; pois a solidão, de fato, não é uma condição a que o homem se adeque sem sofrimento. No entanto, o estudo da expressão hebraica traduzida por “só”, “sozinho” nos reserva uma compreensão bem interessante que pode ampliar, em muito, a compreensão antropológica – normalmente lida como androcêntrica (preocupação central e exclusiva com as necessidades masculinas).

“só”, “sozinho”, “mo,non”, “*solum*” foram opções de tradução para a expressão hebraica *l^ebadô* [AD+b;l.]. Esta não é um termo, mas uma expressão composta por uma preposição [l. = a, para], seguida de um substantivo masculino singular construto [D+b = separado, à parte, sozinho, só, por si só], mais um sufixo pronominal da terceira pessoa masculina singular que funciona, em português, mais como um pronome possessivo [A = seu, si, dele]. Portanto, o que se traduziu como um adjetivo é uma expressão substantiva que indica, literalmente, “para si só”; “só para ele”; ou “só para o que é dele”.

A expressão *l^ebadô* foi usada 37 vezes na Bíblia Hebraica (Antigo Testamento): sete ocorrências no livro de Gênesis (2.18; 30.40; 32.17,25; 42.38; 43.32; 44.20), três no livro de Êxodo (12.16; 22.19; 24.2), duas vezes no livro de Deuteronômio (8.3; 22.25), uma vez no livro de Juizes (3.20), duas vezes em 1Samuel (7.3-4), sete vezes em 2Samuel (13.32-33; 17.2; 18.24-26; 20.21), quatro vezes em 1Reis (12.20; 14.13; 18.6 duas vezes), uma vez em 2Reis (17.18), uma vez em 2Crônicas (18.30), duas vezes no livro de Ester (1.16; 3.6), uma vez no livro de Jó (9.8), três vezes nos Salmos (72.18; 136.4; 148.13) e, por fim, duas vezes no livro de Isaías (2.11,17).

No livro de Gênesis, segundo a tradução de Almeida, a expressão foi

usada para descrever o fato de estar só (2.18; 32.25, 42.38), ou para descrever a separação do rebanho ou pessoas: como quem destaca, aparta, coloca separado (30.40; 32.17; 43.32), ou como único (44.20). No livro do Êxodo foi traduzido adverbialmente “só fareis para vós” (12.16); “somente, só” como expressão indicativa de exclusividade, preferência (22.19 e 24.2). No livro do Deuteronômio a expressão também foi traduzida para indicar separação exclusiva, que na construção negativa afirmou que o ser humano não deve viver só pelo pão (8.3) e, depois, de maneira afirmativa designando a penalidade exclusiva ao abusador por estupro (22.25). Assim, como exemplo da variada possibilidade de tradução na língua portuguesa, para a expressão *l^ebadô*, os livros da Torá (os cinco primeiros livros da Bíblia, coleção da tradição de Moisés, que se inicia com o livro do Gênesis) fizeram uso para descrever: 1) o fato de estar só; 2) de ser único; 3) de ser separado e distinguido.

O conceito fundamental da raiz é “ficar separado ou isolado”. Pode também ter a idéia de dividir em partes. Assim, como verbo enfatiza a idéia de isolamento, como por exemplo: o pássaro solitário nos telhados (Sl 102.7), o jumento montês (figura de Efraim) que vai solitário para a Assíria (Os 8,9) e o soldado solitário errante (HARRIS, 1998, p.149). Dessa raiz derivam-se dois termos: *bad* [dB] sozinho e *badad* [ddB] sozinho, solitário, desolado, somente (HARRIS, 1998, p.149-150).

O termo derivado *bad* [dB] é usado mais de cem vezes, normalmente na forma composta *l^ebad* [dBl]. Em textos com conotação positiva é usada para referir-se à incomparabilidade e à singularidade, como por exemplo para falar sobre Deus (Dt 4.35; 32.12; Jó 9.8; Is 44.24; Ne 9.6) e para referir-se à singularidade da posse da terra por Israel como único (Nm 23.9 e Jr 49.31). Em uso negativo, o termo ou a sua forma composta, conota o isolamento deplorável como julgamento divino (Is 27.10; Mq 7.14; Lm 1.1), como ‘a solidão de uma mãe que fica sem os filhos’; descrevendo um homem abandonado por sua comunidade ou Deus, como um leproso que precisaria enfrentar sua enfermidade longe das pessoas (Lv 13.46), ou como pelo isolamento imposto pela vocação (Jr 15.17) ou pelo sentimento de solidão, separado dos homens e abandonado por Deus (Sl 102.1-7 [2-8]). Em seu uso neutro reforça ideias como: “não só de pão viverá o homem” (Dt 8.3) e “pequei contra ti, contra ti somente” (Sl 51.4[5]). Também pode ser usada como advérbio de limitação: “graças a ti somente” (Is 26.13); e quando seguido de preposição *min* equivale a uma locução prepositiva: “sem contar” (Ex 12.37), “além de” (Dt 3.5); e ainda podendo denotar substantivamente ramos, varas (Ez 17.6; 19.14); a mesa dos pães da proposição (Ex 25.27) e os altares de oferta queimada (Ex 27.6,7) e de incenso (Ex 30.4,5); podendo ainda ser usado para se referir aos

ferrolhos de uma fortaleza (HARRIS, 1998, p.150).

A variedade de usos nos textos bíblicos desta raiz e suas derivações evidenciam uma pluralidade significativa. No entanto, a ideia proeminente é de isolamento, separação, viver destituído de comunhão, abandonado, condenado à solidão, sozinho. Fica, então, evidente que a tradução de Almeida e suas posteriores revisões foram adequadas e coerentes com o sentido do termo, sendo amparada também pelo contexto narrativo com a criação da mulher, companhia identificada como sua semelhante: ossos de seus ossos, carne de sua carne – a mesma natureza e identidade.

No entanto, a expressão em Gênesis 2.18 também teve acrescentado o sufixo pronominal da terceira pessoa do singular [A], o que parece importar muito no sentido comunicado no texto. A expressão traduzida com o referido sufixo pronominal pode indicar mais que o estado de solidão, podendo apontar para o que provoca e amplia a possibilidade de isolamento, separação e solidão. Para considerar essa possibilidade observe a tradução mais literal das sentenças e da expressão específica em Gênesis 2.18:

~yhiêl{a/ hw"âhy> 'rm,aYO'w:

“Disse YHVH ‘Elohim:

(AD+b;l. ~d"Pa'h'(tAyðh/ bAj±-al{

não é bom ser\ tornar-se\ viver o homem para si só;

`AD*g>n<K. rz<[Eß ALi-Hf,/a,

farei para ele uma ajudadora\socorredora como um sinal de si\
correspondente de si”

A narrativa coloca na boca do Deus Único [~yhiêl{a/ hw"âhy> 'rm,aYO'w: - Disse YHVH ‘Elohim] a observação da condição do homem no jardim: não é bom que o homem [~d"Pa'h] seja só para si; não é bom que se torne sozinho para ele mesmo; não é bom que exista só para si ou que viva só para ele [AD+b;l. - só para si]. Com a tradução do sufixo pronominal, a compreensão parece apontar para um problema: o homem pode viver só para ele mesmo; pensando só em si; sendo único e suficiente com o seu trabalho na terra, no manejo dos animais; sentindo-se separado, à parte como gerenciador único da criação e da vida; sem ter uma pessoa igual em natureza, identidade, linguagem e potencial com quem pudesse compartilhar e dividir o poder, as habilidades, as responsabilidades e os privilégios.

A questão exposta pela avaliação da tradução da expressão *l'badô* [AD+b;l.] lança uma compreensão diferente para o olhar do Deus Criador: a solidão pode ser construtora de egoísmo e autossuficiência; a separação, a distinção pode ser produtora de orgulho e sentimento de superioridade.

Ao avaliar toda a narrativa parece precipitada essa interpretação, pois a transgressão ainda não havia acontecido, pelo ato de rebelião por meio da desobediência. No entanto, o tipo literário embora conceba um processo para contar a história, é mais que uma descrição histórica. É uma narrativa que visa compartilhar identidade, natureza e sentidos de maneira exemplar.

Tanto a tradução tradicional que destaca a solidão, quanto a tradução proposta que aponta para o perigo do egoísmo parecem adequados para exemplificar a natureza e a identidade do masculino. O que há de mais claro é que o homem é complexo em sua constituição: é terreno e espiritual, relacionando-se com a criação e com o Criador. É um ser instintivo e ético. É um ser capaz de viver só, mas profundamente ansioso por presença de seu semelhante que é auxílio, companhia e complementaridade.

3. A NATUREZA HUMANA É COMPLEXA: SOLITÁRIA? EGOÍSTA? EGOLÁTRICA? COMPLEMENTAR? (2.18)

As narrativas exemplares oferecem pela figuração de um tipo [tu,pon], um exemplo, um padrão identitário para o ser humano. Nesse ponto da narrativa, a complexidade observada foi uma existência sem companhia da mesma substância e natureza (do pó da terra com o sopro do espírito), que tivesse a mesma linguagem (visão de mundo) e os mesmos propósitos (lavar e guardar a terra). O homem estava só. Era diferente dentre toda criação em tarefas, potenciais, desejos, consciência e solidão (só ele não tinha semelhante). Por isso, vivia junto, mas apartado. Criado como as demais criaturas, mas diferente em sentido de vida.

A percepção divina na narrativa é que aquela condição não era a ideal para o homem: Viver sem ter uma pessoa igual com quem partilhar a existência. A observação divina é que isto seria ruim, ou seja: “não é bom” (2.18a), como afirmou o Deus Único na narrativa! Por quê? Porque a solidão pode ser depressiva. Porque o estar só pode gerar uma visão de mundo muito limitada. Porque sem outros olhares a vida pode ser determinista, sem encantos e possibilidades.

Quando o homem se vê como o “ser único”, isso pode gerar um sentimento de superioridade ou de exclusividade; pois, sendo único, toda razão só é encontrada em si mesmo. Assim, o estar só, acaba sendo viver só para si – exclusivismo, egoísmo e, até mesmo, egolatria (divinizar-se, adorar-se, narcisismo). Creio que exatamente para romper com essa lógica na existência do homem que, na narrativa, Deus decidiu criar uma ajuda, um socorro, uma interferência para alterar essa mentalidade.

Gênesis 2.18, não apenas aponta o problema da solidão, mas ao que parece uma solidão geradora do egoísmo e de exclusivismo, como indica a solução que alteraria essa realidade:

AD*g>n<K. rz<[Eß ALi-Hf,/[a,

farei para ele uma ajudadora\socorredora como um sinal de si\como uma correspondente de si.

A solução para o homem era ter alguém como ele: uma companheira que debelaria a solidão e, ao mesmo tempo, ensinaria a partilhar, dividir a vida com uma pessoa de igual natureza e potencial. Então, retirada a matéria do corpo masculino (Gênesis 2.21-24), Deus fez (!b,Ylw:= construiu, fez existir – v.22) o humano de gênero feminino [hV'_ai - a mulher], com parte do homem e como parte dele, correspondendo-a a valor idêntico, a mesma natureza, identidade, habilidades, potenciais; existindo para ser auxílio, socorro e complementaridade que rompe com a lógica de uma vida só para si: solitária ou egoísta.

A composição literária afirma que a vida do homem fora complementada com uma presença semelhante, de alto valor e importância, como correspondente, em tudo. A raiz básica dessa expressão [*nagad* - Dgn] tem uso abundante em outros livros da Bíblia Hebraica e a sua ideia básica é a de colocar um assunto alto, importante e claramente notado diante de uma pessoa (HARRIS, 1998, p.). Por ser algo evidente, que salta aos olhos com alto valor e grande importância, pode significar: diante; ante; proeminente; visível; podendo ser traduzida nessa expressão como aquela que foi colocada “diante da própria face”, ou evidente, ante “aos próprios olhos” como uma prova irrefutável, óbvia que se opõe à ideia de algo secreto (HARRIS, 1998, p.).

Diante da complexidade experimentada pelo homem, a narrativa faz uso da expressão *k'négedô* (só encontrada nessa forma, na Bíblia Hebraica, nessas duas ocorrências em Gênesis 2.18,20) para descrever a decisão divina de interromper a realidade e a lógica do homem viver só para ele. A expressão foi usada para descrever a importância e o valor de uma pessoa semelhante de alto valor que o ajudaria a superar a solidão e o egoísmo; encontrando no outro importante e satisfatória complementaridade: uma união geradora de vida e heranças: família (Gênesis 2.24).

A tradução de Almeida foi corrigida e revisada ao longo dos anos e, essa expressão sofreu mudanças em sua tradução, a saber: “que esteja como diante dele” (Revista e Corrigida); “que lhe seja idônea” (Revista e Atualizada); “que seja semelhante a ele” (Nova Almeida). Crumb, em sua

leitura do Gênesis traduziu essa expressão como “farei uma auxiliar que lhe seja adequada”.



A narrativa destaca o testemunho imediato do homem quando viu a mulher: “*Esta, afinal, é osso dos meus ossos e carne da minha carne; chamar-se-á varoa, porquanto do varão foi tomada.*” (Gênesis 2.23). O homem admitiu e reconheceu prontamente, por si mesmo, que a mulher tinha a mesma natureza que a sua, a mesma linguagem, os mesmos potenciais e, ainda mais, sendo correspondente para a perpetuação da vida humana.

Há comentários receosos, pois tal narrativa foi composta em contexto histórico androcêntrico, reflexo de uma cultura patriarcal. De fato, não há como não admitir que o termo “auxiliadora” pode indicar essa mentalidade, mas como afirmou Milton Schwantes (2002, p.113):

... a própria formulação se esforça em romper esse mundo patriarcal, ao dizer que essa ‘auxiliadora’, simultaneamente, seria ‘como’ e estaria ‘diante’ do homem. Este, ao menos, é o sentido do original hebraico. Ora, a mulher que é ‘como’ (igualdade) e está ‘diante’ (diferença), a rigor não é mais ‘auxiliadora’ nas categorias patriarcais.

Portanto, o final do capítulo (2.21-24) aponta para uma solução extremamente equilibrada e satisfatória para interromper a lógica da

exclusividade do homem, quando em ato contínuo a narrativa descreve a identidade entre iguais que se juntam para ser complementares para uma vida parceira e satisfatória sem quaisquer impedimentos. Veja a tradução e ilustração da HQ *Gênesis* de Crumb (p.18) como reflexo da vida mais feliz para o ser humano:



Há na Bíblia Hebraica (Antigo Testamento) duas narrativas de origem: Gênesis 1.1-2.3 e 2.4-3.24. Entre elas destaca-se uma diferença sobre a criação do ser humano: na primeira narrativa Deus criou o casal primordial por sua Palavra (Gênesis 1.26-27) e, na segunda narrativa, Deus criou homem e mulher em tempo distinto; dando, aparente destaque prioritário ao masculino. Aparente, pois essa narrativa realça as fragilidades do homem. Em si e por si adoeceria sua alma, sua vida.

O estudo dos detalhes textuais e da tradução, na segunda narrativa de origem do casal primordial, ressalta o perigo da solidão masculina que pode ser geradora de egoísmo, sentimento de superioridade e da lógica exclusivista. Portanto, a narrativa afirma uma evidência preocupante na natureza humana: sentir-se único; sentir-se superior diante da natureza e das demais criaturas;

sentir-se suficiente em si mesmo tornando-se incapaz de dividir e de admitir o valor da complementaridade.

A natureza do homem é complexa, pois pode estar em condições ideais de vida (paraíso), vivendo com pleno potencial, em comunhão com a natureza e feliz com o seu trabalho; e, ainda assim, se perder em suas próprias necessidades e egoísmos. Há, portanto, nessa narrativa de origem o apontamento de uma preocupação com a autolatria, com o egoísmo e com o sentimento de superioridade (mais valia) que também pode transtornar a existência humana, pois esta, para ser vivenciada, plena e satisfatoriamente, necessita de complementaridade, parceria e satisfações compartilhadas que são geradoras de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exercício da tradução é um grande desafio, pois ao fazê-lo, o tradutor interfere de alguma maneira na mensagem. A tradução, como processo de comunicação, exige não apenas uma transposição de termos, de palavras; mas de sentidos que – por serem estrangeiros, externos àquela cultura (que transmite a mensagem) – necessitam de decisões interpretativas que possam deixar claras as ideias e os ideais que foram comunicados primariamente.

À tradução de textos antigos, que são histórica e culturalmente ainda mais distantes, acrescenta-se ainda o desafio de aproximar-se de idiomas que há muito deixaram de ser falados. Ainda que existam conhecimentos conservados e saberes reconstruídos sobre essas línguas, o tradutor se vê diante de uma tarefa ainda mais exigente, pois sabe da limitação de seu conhecimento (por maior que seja) e de seu olhar para comunicar adequadamente as mensagens descritas em palavras, sentenças, parágrafos e textos. Com consciência de suas limitações, o tradutor de textos antigos se aproxima de documentos históricos e dos sentidos milenares que foram comunicados, desejando se manter fiel à mensagem do texto, à história de sua comunicação (as várias traduções) e ao olhar de seus autores.

O tradutor de textos antigos, na Bíblia, precisa tomar maior cuidado por lidar com textos de sentido para a vida de muitos crentes. Grandes religiões mundiais como o judaísmo, o cristianismo e o islamismo, em suas variadas confissões, têm nos textos de origem sentido revelatório da parte de Deus para a compreensão e orientação de suas próprias vidas. E, exatamente por isso, o tradutor precisa ter consciência da tarefa que está realizando, pois qualquer novidade na tradução pode provocar significativa desestruturação. A fé na revelação escrita exige fidelidade e verdade que estruturam as crenças. Logo, o trabalho de tradução de textos sagrados é ainda mais exigente por poder

interferir nas crenças (resultado inevitável quando se realiza uma avaliação da tradução de textos antigos e sagrados). No entanto, ao tradutor cabe a tarefa de procurar transmitir com clareza, relevância e fidelidade a mensagem que foi transmitida originalmente em outro idioma, sob outras óticas da vida e sobre códigos e costumes diferentes (incluindo a contingência histórica – mesmo sabendo de sua dificuldade).

Com a intenção de olhar com cuidado o texto hebraico de Gênesis 2-3, esse trabalho se aproximou de um texto tão antigo e reconhecido na história da tradução, buscando reler esse registro literário, sem desconsiderar o contexto e a história da tradução, mas desejando contribuir com um conhecimento que pode ampliar o sentido comunicado no texto e a sua relevância para a vida hodierna.

Por se tratar de um registro antiquíssimo que remonta a tradição de Moisés, esse texto pode ser localizado historicamente, entre os séculos XIV a.C. e X a.C. Indpendo da preferência do lugar histórico para esse texto na antiguidade, é possível afirmar que foi composto em contexto social marcado pela proeminência masculina na organização clânica da sociedade que exigia força e unidade na organização familiar.

Dessa maneira, esse registro histórico da origem humana (Gênesis 2-3) parece ter legado paradigmas que reafirmam uma problemática estrutural na organização social: uma espécie de preferência e proeminência masculina. No entanto, ao ler melhor a mensagem escrita em hebraico parece sugerir outro paradigma: os homens devem olhar para as mulheres como Adão olhou para Eva. A viu como parte de si, como idênticos em natureza, potenciais e afetos. Olhou para a mulher reconhecendo-a como companheira valiosa, preciosa; para libertar o homem de si mesmo e de uma solidão perigosa, egoísta e desumanizante.

Muito se tem falado sobre o fato literário da mulher ter sido criada de parte do corpo masculino (sua costela), como sendo uma comunicação de inferioridade, quando o que se lê é exatamente o oposto: por ser parte do corpo do homem e por ser inteiramente identificada com ele é que o homem reconhece a altura, a grandeza e o valor de sua companhia. Assim, o registro literário enfatizou o perigo da solidão e o valor do companheirismo e, mais especificamente, o valor da união de um casal para a constituição da família.

O estudo da segunda narrativa e, mais especificamente de Gênesis 2.18, aponta para uma possível interpretação sobre o homem, sua natureza e inclinações: uma autossuficiência limitadora e comprometedora de uma vida humana saudável. A expressão analisada em sua tradução, tem longo histórico, sem traduzir o sufixo pronominal e, isto, parece indicar que a motivação divina

para a criação da mulher foi o suprimento de uma necessidade emocional e física do homem. No entanto, quando se insere na tradução, a composição hebraica da expressão, é fácil admitir que a motivação divina para a criação da mulher seria interferir no que viu de negativo no homem: um crescente egoísmo por se ver separado, apartado, diferente das demais criaturas; e, ainda, uma solidão geradora de sentimento de exclusividade, de grandeza em si mesmo, vivendo só para ele mesmo.

A criação da mulher, por esse olhar, veio interferir no risco da crescente solidão produtora de egoísmo e sentimento de superioridade: Uma autolatria. Então, admitindo essa tradução, o texto amplia a sua mensagem e o seu sentido: seria a motivação divina interromper um perigoso processo desumanizador na vida do homem. A criação da mulher evidenciou que o humano deve dividir, partilhar, comungar e construir felicidade junto com seu semelhante, seu igual, vivendo em família. Por isso, a mulher deve ser em seu valor, sua importância e seus potenciais humanizadores e comunitários – complementares que ajudam o homem que é mais inclinado à solidão e autossuficiência. O homem deve saber que sem a mulher, sem a família, ele vive sob o risco da solidão egolátrica que o desfigura e o desumaniza.

REFERÊNCIAS

- BÍBLIA HEBRAICA STUTTGARTENSIA. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1997.
- CRUMB. Robert. **Gênesis**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2009.
- HARRIS. R. Laird et al. **Dicionário Internacional de Teologia do Antigo Testamento**. São Paulo: Vida Nova, 1998.
- KIERKEGAARD. Sören. **O conceito de angústia**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- SCHWANTES, Milton. **Projetos de Esperança: meditações sobre Gênesis 1-11**. São Paulo: Paulinas, 2002.